

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**A ATIVIDADE PROJETUAL DO ARQUITETO
ORIENTANDO O DESENHO DE MOBILIÁRIO EM
HABITAÇÕES POPULARES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Raquel Martinelli

**Santa Maria, RS, Brasil
2005**

A atividade projetual do arquiteto orientando o desenho de mobiliário em habitações populares

por

Raquel Martinelli

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Área de Concentração em Projeto de Produto – Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Sérgio Luiz Jahn

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A ATIVIDADE PROJETUAL DO ARQUITETO ORIENTANDO O
DESENHO DE MOBILIÁRIO EM HABITAÇÕES POPULARES**

elaborada por
Raquel Martinelli

como requisito parcial para obtenção de
Mestre em Engenharia de Produção

COMISSÃO EXAMINADORA:

Sergio Jahn, Dr.
(Presidente/Orientador)

Caryl E. Jovanovich Lopes, Dr. (UFSM)

Lígia Maria Sampaio de Medeiros, Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 24 de Março de 2005.

“A casa, particularmente nos países atrasados e de passado colonial como o nosso, é uma necessidade quantitativa escandalosa, não poderá ser pensada simplesmente como uma unidade de habitação, nós teremos que, para suprir esta necessidade, aceitar, reconhecer a casa realmente contemporânea que conter fundamentalmente com os recursos da grande cidade.(...) uma casa que compreenda a existência de escolas, parques transporte público, de felicidade, enfim, esta quimera capaz de apaziguar e recompor uma história amarga onde contingentes enormes da população são estigmatizados, desprezados, relegados à miséria”.

Paulo Mendes da Rocha, arquiteto

Dedicatória

Dedico este trabalho a meus pais, Jairo e Izabel,
pelo carinho, educação e por nunca me permitirem desistir.

Agradecimentos

É uma grande alegria saber que pude contar com tantos amigos durante a realização deste trabalho. A Hugo Blois Filho agradeço inicialmente pelo apoio e incentivo dados para o ingresso no mestrado. A Ângela Grandeaux Pisani, pela oportunidade de trabalho, por dividir suas experiências, por tudo o que tem me ensinado e, principalmente por sua amizade. A Luiz Vidal Negreiros Gomes, pelas aulas e discussões que tornaram esse percurso sempre mais interessante. A Lígia Medeiros, por me “ensinar a ler” e por me incentivar a levantar a bandeira do desenho (um motivo para lutar toda a vida). Aos colegas e grandes amigos Carine Rorato, Marcos Brod, Paulo Klafke e Sergio Pavani, companheiros nas animadas conversas das quintas-feiras vidalianas. A Attus e Maria Ignez Pereira Moreira por todo o apoio na fase final da elaboração deste trabalho. A Nelcy Denti Brum pela amizade e confiança. A minha família pela força e carinho que me mantiveram firme nos momentos mais difíceis. Ao meu querido André, por seu amor incondicional. A Paola Mezzomo Neubauer, querida amiga, pela força no momento final desta caminhada. A meu orientador, Sergio Jahn, por sua paciência e compreensão. E, finalmente, a coordenação, professores e funcionários do PPGE, pelo acompanhamento e apoio constantes durante o curso.

Sumário

Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
Sumário	vi
Lista de Figuras	viii
Lista de Siglas, Abreviaturas ou Símbolos	x
Lista de Quadros	xi
Resumo	xii
Abstract	xiii
INTRODUÇÃO	1
Considerações iniciais.....	1
1.1 Objetivos gerais e específicos	2
1.1.1 Objetivos gerais.....	2
1.1.2 Objetivos específicos	2
1.2 Estrutura do trabalho	3
CAPÍTULO 1	4
Políticas Habitacionais no Brasil	5
1.2 Classificação das necessidades habitacionais	13
1.3 O Programa Habitar Brasil.....	18
CAPÍTULO 2	21
O Arquiteto e o Planejamento de Ambientes Populares	21
2.1 Função do ambiente construído	21
2.2 O arquiteto planejando ambientes ideais.....	24
2.3 Função social do arquiteto.....	26
2.4 Ambiente e saúde	31

2.5 O desenho de ambientes e de mobiliário.....	34
2.6 O arquiteto desenhando mobiliário popular	40
2.7 Proposta de Trabalho	43
CAPÍTULO 3	44
Teoria de Dados.....	45
3.1 Objeto de estudo	47
3.2 População alvo	48
3.3 Características do projeto	49
4 Panorama atual	52
4.1 Panorama sócio-econômico	52
4.2 Panorama do ambiente construído	53
4.3 Levantamento do mobiliário.....	55
4.3.1 Levantamento do mobiliário nas residências do Loteamento Paróquia das Dores.....	56
Caso A	56
Caso B:	59
Caso C	62
4.3.2 Levantamento do mobiliário nas residências do Núcleo Habitacional Diácono Luiz Pozzobom (Parâmetro de comparação).....	65
Caso D	65
Caso E	68
Caso F.....	71
5. Pesquisa de mercado – Levantamento de preços	74
CAPÍTULO 4	75
Discussão dos resultados.....	75
Propostas para o desenho de mobiliário popular	77
CONCLUSÕES	80
RECOMENDAÇÕES.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83

Lista de Figuras

FIGURA 01	Diagrama da Teoria da Hierarquização das Necessidades Humanas	23
FIGURA 02	Habitação em área de risco, às margens do Arroio Cadena	49
FIGURA 03	Vista de algumas casas geminadas, ainda em construção, do Loteamento Paróquia das Dores. O jogo de telhados enriquece a perspectiva.	51
FIGURA 04	Outra tipologia característica do Loteamento, também geminada, com cores diferenciadas em relação às primeiras.	51
FIGURA 05	Planta baixa do Caso A	57
FIGURA 06	Vista A1. Sofá e poltronas	58
FIGURA 07	Vista A2. Cadeiras de aproximação e mesa para refeições.	58
FIGURA 08	Vista A3. O colchão ao lado da cama é uma tentativa de isolamento acústico	58
FIGURA 09	Vista A4. Cômoda no quarto. Mas ainda falta espaço para roupas e cobertores.	58
FIGURA 10	Planta Baixa do Caso B	60
FIGURA 11	Vista B1. Sofá cama na sala (cama do bebê). Ao lado, no chão, dormem os pais	61
FIGURA 12	Vista B3. Ausência de armários na cozinha.	61
FIGURA 13	Vista B2a. A cama em mau estado e o colchão utilizado para o casal dormir na sala.	61
FIGURA 14	Vista B2b. Sem um armário apropriado as roupas e demais objetos amontoam-se no chão e na estante de módulos.	61
FIGURA 15	Planta Baixa do Caso C	63

FIGURA 16	Vista C1. Sofá em péssimo estado de conservação. À noite é utilizado como cama pelo pai.	64
FIGURA 17	Vista C2. Armário de cozinha utilizado como estante de tv, e roupeiro duas portas.	64
FIGURA 18	Vista C3.1. Cama em péssimo estado utilizada como depósito de roupas.	64
FIGURA 19	Vista C3.2. Ao fundo, armário 1 porta em estado péssimo além de amontoamento de roupas e outros objetos	64
FIGURA 20	Planta Baixa do Caso D	66
FIGURA 21	Vista D1. Balcão pia em bom estado de conservação	67
FIGURA 22	Vista D2. Em primeiro plano a mesa de refeições, ao fundo o treliche. A cortina preserva a intimidade.	67
FIGURA 23	Vista D3. Amontoamento de objetos junto a área de dormir.	67
FIGURA 24	Vista D4. O roupeiro armazena as roupas e objetos de toda a família	67
FIGURA 25	Planta Baixa do Caso E	69
FIGURA 26	Vista E1. Não há balcão pia.	70
FIGURA 27	Vista E1.2. Sofá em péssimo estado (cama do irmão mais velho)	70
FIGURA 28	Vista E2. O sofá cama, de estrutura frágil e espuma fina, abriga duas pessoas à noite.	70
FIGURA 29	Vista E3. Ao fundo, armário para mantimentos e em primeiro plano, o roupeiro servindo de divisória	70
FIGURA 30	Planta Baixa do caso F.	72
FIGURA 31	Vista F1. Sofá e roupeiro em péssimo estado	73
FIGURA 32	Vista F2. Roupeiro em péssimo estado	73
FIGURA 33	Vista F3. Estante adaptada e, ao fundo, fogão à lenha	73

Lista de Siglas, Abreviaturas ou Símbolos

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CECAP	Caixa Estadual de Casas para o Povo
FJP	Fundação João Pinheiro
DST	Doença Sexualmente Transmissível
HIV ou SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
IAPs	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inocoops	Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais
OMS	Organização Mundial da Saúde
SEDU	Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano
SEHAB	Secretaria de Habitação
S.M.	Salário Mínimo
UIA	União Internacional de Arquitetos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Lista de Quadros

QUADRO 01	Necessidades habitacionais e suas variáveis	15
QUADRO 02	Perfis das políticas a serem aplicadas	16
QUADRO 03	Levantamento de mobiliário do Caso A.	56
QUADRO 04	Levantamento de mobiliário do Caso B	59
QUADRO 05	Levantamento de mobiliário do Caso C	62
QUADRO 06	Levantamento do mobiliário do Caso D	65
QUADRO 07	Levantamento de mobiliário do Caso E	68
QUADRO 08	Levantamento de mobiliário do Caso F	71
QUADRO 09	Pesquisa de preço do mobiliário popular	74

Resumo

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
Universidade Federal de Santa Maria

A atividade projetual do arquiteto orientando o desenho de mobiliário em habitações populares

AUTORA: RAQUEL MARTINELLI

ORIENTADOR: SERGIO LUIZ JAHN

Data e local da defesa: 24 de Março de 2005, Santa Maria - RS

O plano de urbanização nacional do início do século XX acabou por segregar os diversos segmentos da sociedade, culminando com o processo de formação das grandes periferias sem infra-estrutura. Um século mais tarde, somos testemunhas da evolução desse processo de exclusão urbana e social. Hoje não só são necessárias políticas de habitação proletárias, como urgem ações no sentido de tentar reverter condições subumanas de vida.

Mesmo sabendo que quaisquer iniciativas que venham a contribuir para a diminuição do déficit habitacional sejam bem vindas, esse trabalho busca ainda alternativas para a melhoria das condições de funcionalidade e conforto no interior das habitações populares a partir do estudo do mobiliário que as compõe.

Palavras chave: habitação popular, desenho de mobiliário, design

Abstract

Master Dissertation
Pós Graduação em Engenharia de Produção
Universidade Federal de Santa Maria

A atividade projetual do arquiteto orientando o desenho de mobiliário em habitações populares

AUTHOR: RAQUEL MARTINELLI

SUPERVISER: SERGIO LUIZ JAHN

Date and place of viva: March 24 2005, Santa Maria - RS

The plan of national urbanization of the beginning of century XX, segregated diverse segments of society, culminating with the formation process of the belt peripheries without infrastructure. A century later, we are witnesses of the evolution of urban and social exclusion process. Today only proletarian politics of habitation aren't enough, but life human beings urge action in the direction to try to revert conditions sub.

Exactly knowing that any initiatives that come to contribute for the habitational deficit reduction are comings well, this work still searches for the improvement of the conditions of functionality and comfort in the interior of the popular habitations from the study of the furniture alternative that composes them.

Key words: popular habitation, furniture design, design

INTRODUÇÃO

Considerações iniciais

A casa é um tema universal. O programa de necessidades é o mesmo em todas as partes do mundo: dormir, comer, ocupar-se dos trabalhos domésticos, relacionar-se com os vizinhos, criar os filhos, cuidar da higiene pessoal, receber amigos, etc. O que muda são os hábitos e costumes conforme a época e o lugar (Serapião, 2004, p. 25).

Sabemos que, mesmo em condições econômicas adversas, algumas das atividades domésticas básicas se mantêm; contudo, a ausência permanente dos artefatos que fazem com que essas tarefas diárias realizem-se com plenitude acaba por modificar as rotinas e, conseqüentemente, os costumes, chegando a interferir nas relações sociais. Essa é a realidade de pelo menos uma parcela da população, classificada como “fundo do tacho”¹ pelas estatísticas sócio-econômicas. O conflito ocorre quando, beneficiadas pelos programas habitacionais, essas pessoas que habitavam em mocambos, em áreas de risco, distantes da sociedade, se vêem imersas em uma nova estrutura: a casa, os vizinhos, a urbanização e a tentativa de resgate social.

O que parece missão cumprida para o Estado, na verdade é a continuação dos problemas para os “beneficiados”. O fato de estarem sob um teto seguro, servidos por água encanada, luz e esgoto, não lhes confere condições suficientes para que sintam-se socialmente incluídos. A falta dos artefatos domésticos mais elementares como a cama, faz com que continuem amontoando-se no chão para dormir.

Para essa “clientela” o mobiliário pode não estar entre os produtos da indústria, pois as peculiaridades projetuais (área reduzida, com alta densidade) e financeiras (renda até três salários mínimos nacionais²) parecem dirigir essa solução a outras vertentes.

¹ Para a Fundação João Pinheiro a faixa denominada extra oficialmente como “fundo do tacho” responde aos 10% mais pobres de cada região brasileira.

² Nominalmente a renda vai até os três salários mínimos, mas a maioria dos beneficiados pelo programa Habitar Brasil, foco deste estudo, não têm renda nenhuma.

Hoje são muitas as iniciativas, no aspecto construtivo, para tentar reduzir o déficit habitacional. Em geral tenta-se solucionar o problema de uma forma alternativa, ecologicamente correta ou simplesmente mais econômica. Contudo, este trabalho diferencia-se no âmbito em que busca alternativas para a melhoria das condições de uso, vivência e conforto no interior das habitações populares pela aplicação da atividade projetual do arquiteto, não só para conceber a casa como um invólucro, proteção contra os perigos externos e as intempéries, mas mais precisamente como “máquina de morar” – parafraseando Le Corbusier.

1.1 Objetivos gerais e específicos

1.1.1 Objetivos gerais

- Fazer um alerta sobre os projetos destinados a residências populares e seu reflexo na qualidade de vida dos usuários;
- Estimular a inserção de questões sociais entre os profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo e demais atividades projetuais.

1.1.2 Objetivos específicos

- Traçar um perfil das populações socialmente segregadas, no Brasil, e de suas condições de habitação;
- Relacionar as políticas governamentais adotadas no setor habitacional;
- Verificar, em um núcleo habitacional de baixa renda, sob que condições as pessoas mobíliam as casas, de onde provém e em que estado de conservação encontram-se os móveis existentes;
- Relacionar as prováveis conseqüências psicológicas ocasionadas pelas condições de vida adversas em habitações desprovidas de recursos mínimos;
- Fazer o levantamento do mobiliário estritamente necessário para uma habitação popular e pesquisar o custo do que é oferecido no mercado.

1.2 Estrutura do trabalho

O presente trabalho fundamentou-se, em primeiro plano, sobre uma abordagem teórica, enfocando a função da habitação e seus equipamentos, sob os aspectos físicos e sócio-culturais e a importância da atuação do arquiteto para que ela cumpra seus objetivos junto à clientela de baixa renda. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa em um núcleo habitacional financiado pelo Programa HABITAR BRASIL³, para verificar de que maneira as pessoas estão ocupando as suas casas.

Assim, este trabalho pretende mostrar que, talvez, o mobiliário de habitações populares não esteja necessariamente entre os produtos da indústria, pois as peculiaridades do projeto (principalmente a área e orçamento reduzidos) exigem uma nova solução, provavelmente diretamente relacionada ao projeto arquitetônico. Tal argumento parece bastante pertinente ao considerarmos a posição do mobiliário variando entre produto industrial e produto da arquitetura, num ciclo realimentativo, onde a arquitetura é construída em torno das necessidades psicossociais e funcionais dos usuários, ao passo que a produção e o desenho dos objetos acompanham as tendências da arquitetura a que pertencem.

Esses dados foram organizados na seguinte seqüência:

No capítulo 1, faz-se uma retrospectiva do panorama da habitação de baixa renda brasileira no século XX, verificando de que maneira ocorreu a organização das camadas mais populares da sociedade e as suas condições de moradia.

Inseriu-se, nesse contexto, as primeiras interferências governamentais no setor da habitação popular, e os conseqüentes programas habitacionais e financiadores que se seguiram.

No capítulo 2, discute-se a importância da atividade do arquiteto na configuração de interiores e artefatos para projetos populares, levando-se em consideração a importância da casa e de seu mobiliário, para a organização social e como a relação do homem com o ambiente em que vive modifica seu comportamento.

³ O Programa HABITAR BRASIL é uma parceria do Governo Federal com os municípios, que tem como objetivo contribuir para elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até 3 salários mínimos, que residam em aglomerados subnormais.

No capítulo 3, apresenta-se a metodologia adotada para atingir os objetivos propostos por este trabalho. Num primeiro momento, realizou-se uma pesquisa em um núcleo habitacional de baixa renda, financiado pelo programa HABITAR BRASIL⁴, onde identificou-se de que maneira as pessoas estavam se organizando e mobiliando as casas. Para efeito de comparação também foram analisadas algumas unidades do núcleo habitacional vizinho, com dez anos de ocupação. A comparação foi feita no sentido de verificar se o tempo maior de adaptação influenciaria nas condições de vida dos ocupantes, já que o núcleo Paróquia das Dores tem apenas um ano de ocupação, o que poderia se considerar insuficiente para que as pessoas adquirissem o mobiliário necessário. Para a pesquisa, elencou-se as peças de mobiliário mais utilizadas nas casas, que foram submetidas a uma pesquisa de preços nas lojas populares locais⁵.

No capítulo 4, apresenta-se e discute-se os resultados da pesquisa, as oportunidades e ameaças da implantação de um projeto integrado (exterior/interior) em habitações populares e, mais superficialmente, os motivos que levaram o Projeto Social do Núcleo Habitacional Paróquia das Dores à atual situação de calamidade.

CAPÍTULO 1

⁴O objetivo do programa HABITAR BRASIL é elevar a qualidade de vida de famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até 3 salários mínimos, que residam em aglomerados subnormais – favelas, mocambos, palafitas e cortiços, entre outras – localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados.

⁵ Também foram pesquisados os preços nas lojas de usados, os chamados “briques populares”, por terem sido bastante citados nas entrevistas como principal alternativa para a compra de mobiliário.

Políticas Habitacionais no Brasil

A maior característica – e também um dos maiores problemas – da expansão das metrópoles brasileiras contemporâneas foi a formação das grandes periferias sem infra-estrutura, cinturões formados pelas minoria étnicas e sociais que habitavam moradias coletivas e cortiços nas áreas insalubres da cidade, brasileiros e estrangeiros sem opção, que praticaram suas próprias noções de identidade, intimidade, habitação e vizinhança.

Essa tendência demográfica teve início no limiar dos séculos XIX e XX, quando se somaram aos grupos de escravos e forros – estabelecidos nos chamados “territórios negros” – o afluxo de imigrantes estrangeiros e das migrações internas que buscavam nas cidades melhores condições de vida.

Nessa época, o adensamento de populações nas grandes cidades ocorreu sem que houvesse uma correspondência na expansão da infra-estrutura cidadina e na oferta de empregos e de moradias, transformando esse avolumar menos num desenvolvimento e mais num inchaço, o que acentuou o contraste entre as desigualdades sociais que aí se fizeram presentes (WISSEMBACH, 2001, p.91).

Assim, o desenvolvimento dessas cidades deu-se de forma abrupta e desordenada, caracterizando-se, economicamente, por crises cíclicas de carestia e aumento de preços dos aluguéis; socialmente, pelo crescimento das camadas mais populares e pela multiplicação da pobreza; e, urbanisticamente, pela ausência de políticas e planejamentos eficientes para essas áreas em expansão, permitindo o “enraizar” de estruturas precárias que acabaram tornando-se perenes.

O impacto ocasionado por essa faixa indesejada da população se acentuou em uma época de “europeização” dos centros urbanos, visto que esse processo não incluía tais aglomerações – ou quaisquer vestígios da ruralidade ou dos costumes populares – em seus planos. Ao contrário, empurrou-as ainda mais para as periferias e encostas de morros.

Numa primeira mirada da sociedade urbana da passagem do século não são nítidas as distinções entre os diversos segmentos que

formavam as classes populares. A ocupação, a expansão desordenada do solo urbano, acentuada com a explosão demográfica, instalou-se nos interstícios das cidades – fundos de vales, várzeas dos rios, mangues, acompanhando as linhas de estradas de ferro, subindo pelas escarpas de montanhas e morros – invadiu as zonas centrais, tomou conta da periferia e atingiu as adjacências rurais. As moradias populares que foram se multiplicando por esses locais acompanharam ou impuseram os traçados irregulares das ruas e obedeceram às imposições físicas dos terrenos e à disponibilidade de espaços. Os observadores que tentaram sistematizar em diferentes níveis de graduação os tipos de habitações características da época – cortiços, pensões, casarões plurifamiliares – acabaram por afirmar a alta densidade que caracterizava todas elas, a mistura de tipos sociais e de nacionalidades distintas. Nos lugares mais distantes ou lado a lado com as edificações do centro das cidades, reproduziam-se em certo sentido as moradias das zonas rurais; repetia-se por vezes um mesmo padrão de construção, casas de meia-água, feitas dos materiais de que se dispunha – além do barro a sopapo, do sapé e da palha, resíduos materiais das atividades citadinas, caixotes de madeira, latas de querosene, folhas de zinco –, demonstrando acima de tudo a capacidade que os moradores tinham de se mimetizar com o meio, fosse qual fosse. No entanto, ao contrário das choças dispersas pelo interior, as chamadas casinhas enfileiravam-se, alinhadas ou desalinhadas, compartilhando muitas vezes de uma mesma cobertura, separadas por tênues paredes. A concentração, o viver conjunto em exíguos espaços, era o elemento mais característico da vida citadina e teve por certo profundas implicações (WISSEMBACH, 2001, p.100).

As primeiras ações públicas tomadas em relação a esses aglomerados impuseram-se aproximadamente entre os anos de 1890 e 1920, quando surtos de febre amarela, de febre tifóide, varíola, peste bubônica e da terrível *influeza*, a gripe espanhola, assolaram as cidades brasileiras, atingindo especialmente os setores mais pobres, mas não exclusivamente a eles. A partir daí foram elaborados códigos sanitários que deram início à caçada aos núcleos de moradias coletivas – tidas como irradiadoras de epidemias, e asseguravam ao poder público o direito de intervenção no cotidiano de seus moradores e nos moldes de sua sobrevivência (WISSEMBACH, 2001).

A ocorrência das epidemias evidenciava, a um tempo, o anacronismo das estruturas urbanas em face do adensamento populacional

e as precárias condições de vida de uma população que não parava de crescer, os quais, juntos, transformavam as doenças em endemias quase inextirpáveis. (...) Uma vez que não se saneavam os problemas em sua origem, a derrubada dos cortiços e a interdição dos domicílios que não apresentavam as condições sanitárias desejadas provocavam tão somente novos deslocamentos e a formação de novos antros da miséria, no dizer dos sanitaristas (WISSEMBACH, 2001, p. 105-7).

MARINS, em referência ao Rio de Janeiro republicano, descreve a situação de mobilidade e conseqüente precariedade que caracterizava as habitações populares da época:

A casa, o espaço doméstico, era uma referência basicamente móvel para essas populações, como o era a sua própria sobrevivência. As construções disponíveis para moradia popular restringiam-se a obedecer às poucas exigências possíveis diante da pobreza e da própria mobilidade, restando às autoridades apenas multar aqui ou ali os proprietários ou locadores mais desobedientes – uma debilidade que se repetia no controle dos logradouros públicos (MARINS, 2001, p.139).

Nesse período, apesar da crescente necessidade por habitações salubres e de baixo custo, o poder público não tomou providências nem no sentido de construir habitações populares, nem de financiá-las. Conforme podemos constatar em FOLZ (2003, p.21), “até a década de 30, o capital privado dominava a construção de habitação para a classe proletária. O poder público só interferia no setor com a legislação e o controle da especulação imobiliária, por intermédio da compra de terrenos e da alta taxaçaõ dos não edificáveis”.

Essa postura começa a se modificar quando, a partir da revolução de 30, com a criação do Departamento Nacional do Trabalho, instituiu-se uma legislação trabalhista e previdenciária que pretendia atender as carências habitacionais da população trabalhadora.

Os IAPs [Institutos de Aposentadorias e Pensões], embora tenham sido criados nos anos 1930 para reorganizar o setor

previdenciário, são as primeiras instituições públicas que passam a tratar da questão habitacional. Esses institutos, organizados por categorias de profissionais⁶, construíam conjuntos e alugavam e financiavam moradias aos associados. Foram responsáveis pela construção de muitos⁷ conjuntos habitacionais, vários deles compostos por uma nova modalidade de edificação: edifícios de apartamentos (FOLZ, 2003, p.22).

Em 1940, a atividade especulatória imobiliária deixou de ser lucrativa com a promulgação da Lei do Inquilinato, que congelou o valor dos aluguéis, inibindo os investimentos de capital privado no setor construtivo. Desse modo, a ação do Estado efetiva-se com a produção em massa de moradias, por intermédio dos IAPs e da Fundação da Casa Popular. Esta última, foi criada em 1946, exclusivamente para solucionar o problema da habitação, já que os IAPs só atendiam a seus associados (RODRIGUES *apud* FOLZ, 2003).

Conforme FOLZ (2003, p. 22), “na mesma época começam a surgir também órgãos estaduais e municipais com a mesma preocupação, como a Caixa Estadual de Casas para o Povo (CECAP) em São Paulo e o Departamento de Habitação Popular no Rio de Janeiro”.

Contudo, o número de unidades disponibilizadas por essas iniciativas não foi suficiente para suprir a crescente demanda por habitações econômicas e a necessidade de moradia passou a ser suprida pelo sistema de autoconstrução. Nessa modalidade, tudo dependia da necessidade e da disponibilidade de recursos de cada um, originando programas⁸ completamente desordenados.

Enquanto isso, nas grandes cidades – e até em algumas médias,

⁶ MARINS (2001, p.205) cita as principais categorias organizadas: IAPI (industriários), IAPC (comerciários), IAPB (bancários), IAPM (marítimos), IAPSE (servidores do Estado) e IAPETEC (empregados em transportes e cargas).

⁷ Segundo MARINS (2001, p.205), entre 1937 e 1964 os IAPs totalizaram 76 236 unidades habitacionais. No entanto, esse número era irrisório diante da demanda habitacional da categoria trabalhista densamente presente nas grandes cidades, defasagem que se acentuaria nos programas habitacionais dos demais institutos.

⁸ Programas arquitetônicos, no sentido da organização funcional da residência.

a industrialização acelerada e a urbanização rápida vão criando novas oportunidades de vida, oportunidades de investimento e oportunidades de trabalho.(...) Oportunidades de trabalho, melhores ou piores, bem remuneradas ou mal remuneradas, com maiores ou menores possibilidades de progressão profissional, no setor privado ou público (MELLO & NOVAIS, 2002, p. 581).

Em busca dessas oportunidades, a população que vivia as dificuldades do campo, inicia um processo de êxodo rural massivo, que estendeu-se entre os anos 50 e 80, trazendo conseqüências desastrosas ao, já conturbado, processo de crescimento e urbanização das cidades. As estatísticas desse cenário foram descritas por MELLO & NOVAIS (2002, p. 574-81):

(...) matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de citadinos viam nos outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, "superior", que enxerga gente atrasada, "inferior". A vida na cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas, também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida no campo, ao contrário, repele e expulsa.

(...) Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural do Brasil em 1960); 17 milhões nos anos 70 (cerca de 40% da população rural do Brasil em 1970). Em três décadas, a espantosa cifra de 39 milhões de pessoas!

Em 1964, após o golpe militar, os Institutos de Aposentadorias e Pensões são extintos e é criado o BNH (Banco Nacional de Habitação). A partir daí, a intervenção do governo, no campo da habitação, passa a ter nova coordenação e sistematização, assumindo a tese da construção intensiva de casas para a venda. Essa nova política contemplava a necessidade de incentivar o crescimento do setor da construção civil, para absorver um significativo número de empregados sem qualificação profissional, amenizando as pressões sociais que a situação econômica ameaçara provocar (Finep apud FOLZ, 2003, p.25).

O BNH altera o panorama da habitação popular no sentido em que passa a vender as unidades – que até então eram, na maioria, locadas, pois defendia-se,

naquela época, a idéia de moradia como propriedade estatal. Contudo, as unidades habitacionais do BNH apresentavam áreas mais reduzidas que as dos programas anteriores, além de não mostrarem preocupação com áreas coletivas, qualidade de projeto e de materiais empregados (Folz, 2003).

Entretanto, o relatório da Fundação João Pinheiro acrescenta que “realizando uma análise *a posteriori* da política habitacional no período do BNH, constata-se um flagrante contraste entre os objetivos sociais, que justificaram sua criação com o impacto da sua ação efetiva. Especificamente na área habitacional, as clientelas privilegiadas foram a classe média e os setores de maior renda” (FJP, 2004, p.73). “Cerca de 70% das unidades construídas nos 22 anos de existência do BNH foram destinados às famílias com renda mensal acima de cinco salários mínimos” (AZEVEDO *apud* FJP, 2004).

No referente ao quantum de recursos investidos – uma vez que os custos das unidades habitacionais populares são, em média, bem inferiores aos daquelas destinadas aos setores de maior renda – essas diferenças são ainda mais gritantes: quase 90% dos recursos foram alocados para os setores mais abastados da sociedade. Ressalte-se ainda que a maioria dos recursos aplicados no setor de moradia popular se concentrou nas famílias com renda entre três e cinco salários mínimos (AZEVEDO, *apud* FJP, 2004).

Em suma, a clientela inicialmente definida como o núcleo central da política habitacional do BNH – famílias com renda até três salários mínimos – terminou por ser praticamente descartada do centro de atenção do banco.

Enquanto o objetivo primordial da política do BHN não era efetivado, a população de baixa renda viu-se obrigada a achar outras soluções para seu problema de moradia FOLZ (2003, p.28).

Para BONDUKI (1990),

os padrões impostos pelo BNH e a Caixa econômica Federal (CEF) a partir de 1964 consolidaram uma visão distorcida do problema da moradia que beneficiava a construção civil e se disseminou por todo o país, acumulando uma série de erros e equívocos: gestão centralizada e autoritária; não participação popular e do usuário na concepção dos projetos e programas; não utilização de recursos a fundo perdido; critérios de financiamento bancários e não sociais; adoção da casa própria como única forma de acesso à moradia; desprezo ao projeto arquitetônico e urbanístico, com clara

preferência por soluções uniformizadas e padronizadas; opção por grandes conjuntos localizados na periferia das cidades, estimulando a especulação imobiliária; e absoluto distanciamento entre a produção habitacional pública e as práticas informais, que garantem a produção da cidade real, onde a maioria da população mora” (BONDUKI, 1990).

SAFFER (1980), relata as conseqüências da equivocada política habitacional adotada quando, a partir de 1970, o aparecimento e o incremento dos loteamentos clandestinos, ocupados pelas populações de baixa renda, por si só já indicavam a inacessibilidade dessas populações junto aos programas oficiais. De acordo com a pesquisa realizada pela autora, na mesma época, o nível de interferência do arquiteto em projetos populares não ia além de questões burocráticas e da análise dos projetos submetidos a aprovação. “Quanto à atividade de pesquisa, com vistas à normalização e racionalização dos projetos, é executada de forma assistemática e a partir de iniciativas pessoais (...). Além disso, é patente a ausência de retroalimentação, agravada pelo empirismo que forma todo o processo. Esta carência fez com que as soluções propostas ou analisadas sigam sempre o mesmo curso, refletindo (e não melhorando) experiências passadas”.

“As Cohabs se fortaleceram a partir de 1975, através da criação de programas habitacionais destinados a população de baixa renda (novamente, ironicamente, se repetem os mesmos argumentos de quando da criação do BNH, em 1964, pois passou a atender faixa de renda acima dos três salários mínimos mensais)” (MARICATO, 1982). AZEVEDO & ANDRADE, *apud* DEL RIO (1983), complementam essa afirmação, demonstrando que

as COHABS saíram ‘do buraco’ passando a atender faixa de renda acima dos três salários mínimos mensais. (...) O tipo comportamental, aspirações sócio-culturais e necessidades reais dessas famílias diferem grandemente das situadas em níveis de renda inferiores, a grande maioria da população. A política do BNH e do SFH parece ser mesmo de priorizar o atendimento às classes mais bem situadas salarialmente, relegando a segundo plano programas socialmente mais eficientes, (...).

Apesar dos reconhecidos problemas de projeto e de seleção de público-alvo do BNH, com a sua extinção, em 1986, a habitação persiste como um bem inatingível para grande parcela dos brasileiros. Mesmo aqueles que conseguem ter

acesso a essa “mercadoria impossível” o fazem, na maioria das vezes, em condições de enorme precariedade. Embora a ação do BNH fosse falha em muitos pontos, com a sua extinção a moradia popular ficou órfã, passando por vários ministérios e secretarias, sem que se conseguisse definir com clareza um padrão de política pública a ser implementado.

Assim, a casa autoconstruída continua então presente como alternativa habitacional, porém, em condições cada vez mais precárias, dadas as estatísticas crescentes de desemprego, e o inchaço das periferias, que já enfrentavam sérios problemas de infra-estrutura urbana (CARDOSO & RIBEIRO, 2002, p.15).

Nos anos 90, o desemprego nas áreas metropolitanas cresce assustadoramente, impulsionado por uma selvagem política de redução de custos e de modernização tecnológica posta em prática especialmente no setor industrial. O desemprego atinge não somente os trabalhadores comuns e qualificados, mas também profissionais de nível superior e funcionários intermediários. A tendência ao crescimento do trabalho autônomo precário, de remuneração incerta e baixa, se acentua. Multiplica-se o número de camelôs, de vendedores ou pedintes situados nas esquinas de ruas de maior movimento das metrópoles, do “trabalho” associado à distribuição da droga e ao crime organizado (MELLO e NOVAIS, 2002, P. 648-9).

Entramos no século XXI e o aumento anual da população urbana no Brasil acrescenta uma pressão cada vez maior não só sobre a demanda habitacional mas também sobre os serviços de infra-estrutura urbana e de qualidade de vida nas cidades. Na busca de resolver sua necessidade habitacional por meios próprios as famílias de menor renda continuam ocupando áreas inadequadas e de risco, como encostas de morros, áreas sujeitas a inundações periódicas, dunas suscetíveis de deslizamento e áreas com alta concentração de poluentes. Esse tipo de ocupação, se por um lado coloca em risco a integridade física dos moradores e de seu patrimônio, por outro, causa danos ambientais que, com frequência, não ficam circunscritos às áreas dos assentamentos subnormais. São conhecidos, por exemplo, os efeitos que provoca o corte indiscriminado de vegetação para edificação em encostas, o desrespeito a linhas naturais de drenagem dos terrenos com seu bloqueio e o acúmulo de lixo doméstico nas encostas, córregos e rios.

1.2 Classificação das necessidades habitacionais

Com o intuito de colocar ao alcance da sociedade parâmetros e informações que retratem mais fielmente a realidade da questão habitacional no Brasil, de modo a subsidiar a definição de políticas públicas e a alocação dos recursos, a Fundação João Pinheiro (FJP) elaborou dois estudos para a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU), atual Ministério das Cidades, cuja importância começa em uma classificação básica das diferentes necessidades habitacionais: “Com o objetivo de calcular as necessidades habitacionais para as unidades da Federação e algumas regiões metropolitanas, desenvolveu-se uma metodologia que distinguia déficit habitacional do segmento que se denominou inadequação dos domicílios” (FJP, 2004, p.10).

Essa metodologia, que serve de base para o cálculo do déficit habitacional e da inadequação de moradias, foi desenvolvida, originalmente, para retratar a situação do setor habitacional no início da década de 90 e procurava, ainda, uniformizar as informações veiculadas, pois eram muitos e díspares os números que circulavam a respeito do problema. Reconhecida a sua importância, tornou-se nessa última década referência nacional, sendo adotada pelo governo federal, pela maioria dos governos estaduais, por governos municipais, redes acadêmicas nacionais, universidades, centros de pesquisas e entidades profissionais (FJP, 2004, p. 2-5).

Dentro do conceito mais amplo de necessidades habitacionais, a metodologia desenvolvida trabalha com dois segmentos distintos: o déficit habitacional e a inadequação habitacional. Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação, detectados em um certo momento.

O conceito de inadequação reflete problemas na qualidade de vida dos moradores que não se relacionam ao dimensionamento do estoque de habitações, e sim a especificidades internas desse estoque (FJP, 2004, p.7). Seu dimensionamento visa ao delineamento de políticas complementares à construção de moradias, voltadas à melhoria do estoque já existente.

Com a preocupação de identificar as carências, principalmente da população de baixa renda, os números, tanto do déficit quanto da inadequação dos domicílios,

foram explicitados para diversas faixas de renda familiar. O enfoque principal foi dado a famílias com até três salários mínimos de renda, limite superior para o ingresso em grande número de programas habitacionais de caráter assistencial.

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais (FJP, 2004, p.7).

As habitações inadequadas são as que não proporcionam a seus moradores condições desejáveis de habitabilidade, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades. Os domicílios com carência de infra-estrutura, com adensamento excessivo de moradores, com problemas de natureza fundiária, em alto grau de depreciação ou sem unidade sanitária domiciliar exclusiva são classificados como inadequados. Como critério de classificação, foram considerados domicílios carentes de infra-estrutura todos aqueles que não dispunham de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo; o adensamento excessivo ocorre quando o domicílio apresenta um número médio de moradores superior a três por dormitório; a inadequação fundiária refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não possui total ou parcialmente, o terreno ou a fração ideal de terreno (no caso de apartamento) em que aquela se localiza; e, finalmente, a inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva define o domicílio que não dispunha de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio (FJP, 2004).

No Quadro 01, podemos observar a classificação proposta pela FJP:

Dimensão	Variáveis
Déficit habitacional	Domicílios improvisados Domicílios rústicos Domicílios em cômodos cedidos ou alugados Famílias conviventes Famílias pobres com comprometimento excessivo da renda com aluguel
Inadequação habitacional	Adensamento domiciliar excessivo Domicílios com carência/deficiência de infra-estrutura Abastecimento de água Deficiência iluminação Instalação sanitária Destino do lixo
Demanda demográfica	Projeção da necessidade de incremento do parque domiciliar para atender ao crescimento populacional (pelas diferenças entre mortalidade e natalidade e saldo migratório) e às mudanças do padrão de organização familiar, num intervalo de tempo determinado

QUADRO 01 : Necessidades habitacionais e suas variáveis

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro, 2004.

Desse modo, quando consideramos níveis diferenciados de exigências e demandas habitacionais para um determinado período, “o que estamos fazendo é, entre outras coisas, possibilitar a sinalização de prioridades de investimentos para o setor público e privado visando à melhoria de qualidade do *habitat* para os diferentes estratos sociais” (FJP, 2004, p.70).

A partir da divisão das necessidades habitacionais, de acordo com suas exigências, elaborou-se um plano de ação diferenciado para cada situação, promovendo melhor alocação de recursos, conforme o esquematizado no Quadro 02:

Dimensão	Perfil da política habitacional indicada
Déficit habitacional	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de novas unidades (ou oferta de lotes) para atender à necessidade de reposição do estoque de moradias considerado totalmente inadequado para se viver; • Construção de novas unidades (ou oferta de lotes) para atender à demanda reprimida, ou seja, para atender àqueles que não conseguem comprar no mercado;
Inadequação habitacional	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoramentos de unidades habitacionais existentes, precárias em relação a um padrão mínimo de habitabilidade; Investimentos em infra-estrutura básica e provisão de serviços urbanos;
Demanda demográfica	<ul style="list-style-type: none"> • Oferta de oportunidades habitacionais para atender às novas necessidades geradas pelo crescimento futuro da população, em determinado período de tempo;

QUADRO 02: Perfis das políticas a serem aplicadas

Fonte: Adaptado de Fundação João Pinheiro, 2004.

Nesse âmbito, o sistema de autogestão tem sido apontado como solução para otimizar os recursos governamentais no setor habitacional, principalmente em nações cuja maioria (ou grande parte) da população situa-se na base da pirâmide de renda (ou seja, países com baixa renda per capita) e administradas por governos de poucos recursos. Nesses casos, os programas habitacionais do tipo “pronta para morar” ou “entrega da chave” conseguem atender apenas uma pequena parcela da massa crescente de famílias de baixa renda, o que levou alguns desses governos a adotar programas que “ênfatisam a propriedade do terreno e do local de construção, além dos serviços” (TURNER, 1983, P.87).

De acordo com o relatório Déficit Habitacional no Brasil, elaborado pela Fundação João Pinheiro (FJP),

a experiência tem demonstrado que, apesar dos subsídios diretos e indiretos, nos países subdesenvolvidos, as casas populares são ainda muito caras para a maioria dos setores de baixa renda.

Por esse motivo, nas últimas décadas, tanto no Brasil como em muitos outros países em desenvolvimento, pesquisadores, autoridades governamentais e líderes comunitários vêem os chamados programas alternativos de habitação popular como uma das formas de tentar responder

às necessidades habitacionais das populações de baixa renda. Isso significa priorizar programas mais baratos que considerem a produção da habitação como um processo, em que partes do capital são substituídas pela mão-de-obra dos próprios beneficiados dessas iniciativas governamentais (FJP, 2004, p.70).

Baseado nos resultados de um processo autogestão, do qual participou, em 1957, no Peru⁹, TURNER (1990) observa que os seus benefícios vão além da obtenção da propriedade, mas “esses empreendimentos, auto-organizados, auto-construídos e auto-administrados, eram comunidades verdadeiras, que deram origem a muitas atividades que geravam renda – ao contrário dos projetos habitacionais conduzidos pelo Estado, que comprovadamente eram drenos constantes de recursos escassos”. Contudo, também destaca que essa modificação “de uma política habitacional baseada no fornecimento de programas prefixados, para uma política de instituição de apoio às ações habitacionais auto-administradas, não se faz da noite para o dia. Poucos sabem o que isso significa na teoria, quanto mais na prática” (p.98).

No entanto, embora as iniciativas ligadas à autogestão tenham mostrado resultados positivos na maioria dos casos onde foram adotadas, mostrando-se uma alternativa eficiente para o problema da moradia, no caso brasileiro, caracterizado por uma sociedade extremamente hierarquizada e desigual, não podemos adotar esse sistema como padrão para resolver o problema de moradia para os diferentes estratos de renda, principalmente para a faixa classificada como “fundo do tacho” correspondente aos 10% mais pobres. Esta parcela – por diferentes motivos (altos índices de inadimplência, baixo nível de mobilização política, baixo poder de pressão sobre o poder público, menor controle sobre “recursos críticos” estratégicos etc.) não se beneficia dos programas públicos habitacionais voltados para os setores populares.

Salienta-se que esses setores mais carentes respondem hoje por parcela significativa do déficit habitacional e das inadequações habitacionais no Brasil, e apresentam um tal grau de fragilidade e precariedade de condições de vida, que demandam uma atenção global.

⁹ O Peru foi uma das primeiras nações a adotar o sistema.

A estratégia do setor governamental, nesse sentido, é de priorizar os investimentos habitacionais para grupos carentes que estejam também sendo objeto de outras políticas sociais de iniciativa federal, estadual e, especialmente, municipal.

Esse “casamento” entre política habitacional popular e outras políticas sociais recorrentes e complementares – na perspectiva de um atendimento integral para os setores de mais baixa renda, merece estudos mais detalhados, de forma a aproveitar a estrutura de programas já existentes e ampliar a sinergia entre as diversas iniciativas públicas nessa área. Nesse sentido, a partir de estudos prévios e de pequenas adaptações incrementais, é possível que um ou mais programas como a da Bolsa Escola (nos seus diversos níveis de governo), do Médico de Família, do Combate à Fome, da Merenda Escolar, da Erradicação do Trabalho Infantil, entre outros, poderiam ser positivamente associados aos programas alternativos de habitação popular.

O problema do déficit de habitações populares está tão estreitamente ligado com os de emprego, participação social e política, projeto econômico e produtivo nacional, distribuição social da riqueza, distribuição geográfica da população e definição de identidade cultural, entre outros, que a iniciativa de elaboração de uma tecnologia apropriada para a resolução (técnica) do problema, sem uma contrapartida nos outros campos, pode parecer frívola ou inoperante (PELLI, 1990, p.30-1).

1.3 O Programa Habitar Brasil

O PROGRAMA HABITAR - BRASIL tem como objetivo contribuir para elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até 3 salários mínimos, que residam em aglomerados subnormais – favelas, mocambos, palafitas e cortiços, entre outras – localizados em regiões metropolitanas. Aglomerações urbanas e capitais de estados e fortalecer as condições administrativas e institucionais dos municípios para dotá-los de maior capacidade de atuação no controle e recuperação desses núcleos e na adoção de medidas para evitar novas ocorrências (MANUAL DO PROGRAMA HABITAR BRASIL, p.2).

Para o IBGE, aglomerado subnormal é

“o conjunto constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de

forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada e que, quando da sua implantação, não houvesse posse da terra ou título de propriedade” (MANUAL DO PROGRAMA HABITAR BRASIL, p. 6).

Do total de 44 milhões de domicílios particulares permanentes no país, apenas 1,6 milhão, 3,7%, estão em aglomerados subnormais, localizados quase que exclusivamente nas áreas urbanas, mais especificamente nos grandes centros urbanos. Os poucos domicílios em aglomerados subnormais rurais estão situados em áreas rurais de extensão urbana (FJP, 2004, P.33).

No Brasil, adotam-se várias formas para se fazer referência ao fenômeno da subnormalidade habitacional. As diferenças regionais e a ênfase que se queira dar a um dos aspectos envolvidos na questão (legalidade fundiária, posturas municipais, estrutura física da moradia, forma e localidade do assentamento etc.) dão origem a essa diversidade. Assim, podem ser destacadas:

- barraco, mocambo, ou palafita, cuja ênfase é quanto à estrutura física da moradia, em geral construída com materiais improvisados ou não duráveis;
- baixada, alagados, invasão, loteamento clandestino, favela e assentamentos populares que têm como foco o sítio e a forma ilegal como se deu sua ocupação.

Essas modalidades de ocupação do território e as alternativas construtivas a elas associadas, são as formas pelas quais as populações mais pobres têm conseguido resolver, ainda que, em geral, precariamente, suas necessidades de abrigo e de acessibilidade aos centros de ocupação.

A criação de um componente de Desenvolvimento Institucional para assistência aos municípios beneficiados pelo Programa, partiu da constatação de que as causas da subnormalidade habitacional não estão circunscritas à questão da insuficiência de renda da população, mas relacionam-se também com as imperfeições da infraestrutura institucional e administrativa que influenciam, negativamente, o funcionamento do setor habitacional. Dessa forma, a abordagem desse problema não se esgota com investimentos em projetos de urbanização de assentamentos subnormais. De fato, as prefeituras municipais – que constituem o nível administrativo mais diretamente ligado à questão da subnormalidade habitacional –

com poucas exceções, contam com mecanismos de planejamento, formulação, execução e controle de política habitacional.

Por outro lado, grande número dos municípios brasileiros adotaram padrões mínimos nas leis de loteamentos e de código de obras muito elevados, o que inibe que a oferta de terrenos e alternativas habitacionais para as famílias de mais baixa renda seja feita pelo mercado formal. Além disso, os procedimentos de aprovação dos loteamentos são muito complexos – envolvendo, em geral, uma grande quantidade de entidades em várias instâncias decisórias – demorados e, conseqüentemente, onerosos. O processo de individualização e legalização da propriedade imobiliária também é complicado de elevado custo (MANUAL DO PROGRAMA HABITAR BRASIL, p. 6).

Finalmente, deve-se considerar também a insuficiência de recursos humanos, técnicos e administrativos, nos municípios, como fator que limita a capacidade institucional dos mesmos, especialmente no que se refere à promoção da melhoria das condições de vida dos assentamentos subnormais. Esses são obstáculos que contribuem para a conformação do quadro de carência habitacional – expresso sob a forma de favelas, loteamentos irregulares, invasões, cortiços, ocupações, alagados, baixadas, etc., no qual, em muitas cidades brasileiras, estão incluídas mais de 50% das habitações.

Assim, ao se analisar a questão habitacional a *interface* com outras políticas urbanas é um dos aspectos a ser considerado. Em função da interdependência da moradia com outras esferas recorrentes e complementares, nem sempre um simples incremento dos programas de habitação se apresenta como a solução mais indicada para melhorar as condições habitacionais da população mais pobre. (...) porque estes programas podem ser inviabilizados caso outras políticas urbanas como a de transporte, energia elétrica, esgotamento sanitário e abastecimento de água não sejam integrados aos mesmos (AZEVEDO *apud* FJP, 2004, p.6).

CAPÍTULO 2

O Arquiteto e o Planejamento de Ambientes Populares

2.1 Função do ambiente construído

Dentre os vários objetivos do ambiente construído, podemos destacar aqueles de significado vital para o homem: responder à necessidade de viver num espaço seguro, tanto dos perigos naturais (animais, intempéries) como dos perigos sociais (violências alheias). Além disso também pode servir para estabelecer lugar; reforçar a identidade social ou indicar status.

Para FISCHER (1994, p.60) “Nas nossas sociedades ocidentais, o habitat é um espaço organizado como uma concha pessoal onde qualquer um se pode abrigar, subtrair-se às pressões exteriores e identificar-se mais fortemente com a sua individualidade. Se, noutras sociedades, o habitat é igualmente vivido como um abrigo, a maneira de o utilizar é, contudo, muito influenciada pelo meio cultural específico”. O autor ainda complementa dizendo que

o espaço, a sua organização, o seu uso social, são atravessados por comportamentos e atividades ligados aos sistemas de valores vigentes numa sociedade; múltiplos, relativos e diversos, eles inscrevem maneiras de viver no espaço. Contudo, a dimensão social do espaço reveste-se de características próprias; em primeiro lugar ela revela, de um modo geral, a existência de uma relação entre organização do espaço e comportamento social; depois, e de maneira mais precisa, revela que certos efeitos sociais estão ligados ao arranjo dos espaços (FISCHER, 1994, p.64).

A arquitetura pode, então, ser melhor compreendida a partir de uma visão mais ampla, quando consideramos que os fatores sócio culturais, em seu sentido mais profundo, são tão importantes quanto o clima, a tecnologia, os materiais e a economia.

Sob a ótica da arquitetura, a ideologia impregnada no grupo social ao qual o usuário pertence reflete-se nas relações que o programa de necessidades expressa, indo além da simples dependência habitante/espço habitado (MIGUEL,

2003, p.15). Por outro lado, FISCHER (1994,p.9) considera que “os lugares em que vivemos e trabalhamos moldam de algum modo as nossas maneiras de ser e os nossos comportamentos, dado que nós próprios nos constituímos nas relações que com eles mantemos”.

Assim, podemos dizer que tanto o espaço organizado pode moldar a expressão das condutas sociais, como a ideologia de um determinado grupo, refletidas na personalidade do usuário, podem modificar o espaço.

Fala-se em ideologia coletiva e não individual, porque o conceito de cultura, nesse momento, designa um conjunto de regras, saberes, práticas e personalidades partilhados pelos membros de um determinado grupo e que definem sua maneira de ser e de viver em sociedade. Este referente indica também o fato de “(...) em nenhuma sociedade, existir um comportamento totalmente isolado ou independente: as nossas atitudes, atividades, julgamentos são pelo menos parcialmente idênticos aos dos outros. (...) um modelo cultural define um repertório de condutas” (FISCHER,1994, p. 55).

“Foi a partir dos trabalhos em antropologia que a noção de cultura se impôs como um conjunto de traços que condicionam as maneiras de viver e englobam os conhecimentos, as crenças, as artes, a moral, as leis, os costumes, bem como as outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade” (TYLOR *apud* FISCHER, 1994, p. 55).

Em função disso, mesmo as habitações aparentemente mais humildes – foco deste estudo – são mais do que materiais ou estruturas de abrigo. Tornam-se instituições sociais, no sentido em abrigam fenômenos culturais básicos.

Considerando a relação comportamento/ambiente, FISCHER (1994, p. 73) ainda aborda o termo *behavior setting*; “o termo significa que todo o comportamento é de algum modo moldado pelo quadro espacial em que se manifesta; se tomarmos o caso de espaços tão diversos como um hospital, uma igreja, um café ou uma sala de aulas, observamos facilmente que cada um forma uma unidade social, com uma encenação específica, com atores e uma duração; no interior, os indivíduos adotam comportamentos integrados na unidade ambiental: adaptam-se ao seu quadro particular e adotam comportamentos demonstrativos de que se moldam ao que convém ser e fazer nesse local”.

Desse modo, em relação às condutas negativas observadas em núcleos de habitações de baixa renda, compreendemos que “um ordenamento físico tido como pobre, banalizado, monótono, serve mais como pano de fundo à expressão de condutas de insatisfação, porque cada qual apóia-se nesta codificação para avaliar a sua própria condição;(...)” (FISCHER, 1994, p. 44).

O contexto de populações de baixa renda é bastante complexo, por conta de uma série de agravantes sócio-econômicos que, somados às insatisfações pelo ordenamento físico, dão força ainda maior à explosão de condutas negativas, que vão desde a indiferença (não-reação) até a violência (reação extrema). Através da teoria da hierarquização das necessidades humanas de MASLOW (*apud* MARRAS, 2001) pode-se explicar a falta de motivação nas faixas de pobreza. Segundo essa teoria, a motivação dos indivíduos objetiva satisfazer certas necessidades que vão desde as primárias (fisiológicas) até as mais complexas (psicológicas). Todas as necessidades representam carências ou falta de alguma coisa que vem do meio circundante (exterior) para completar o indivíduo, à exceção do último estágio, que é o da auto-realização.

A motivação é a força motriz que alavanca as pessoas a buscarem a satisfação. Enquanto perdura a situação, perdura a motivação. Na Figura 01 estão representados os fatores motivadores em ordem de complexidade.

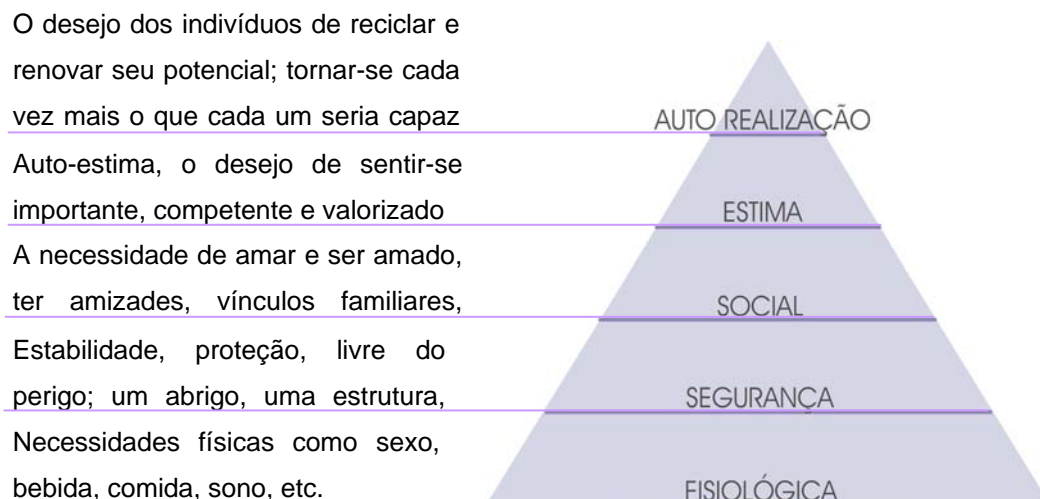


FIGURA 01 – Diagrama da Teoria da Hierarquização das Necessidades Humanas

Fonte: Adaptado de MARRAS, 2001.

A partir disso, podemos concluir que enquanto as pessoas não tiverem boas condições de moradia, não apenas como abrigo, mas com o atendimento digno às suas necessidades fisiológicas mais básicas, como sentar, comer e deitar, não terão motivação para o trabalhar, o estudar e se relacionar socialmente, permanecendo na indiferença ou pior, tomando posturas de violência contra a sociedade e seu patrimônio.

2.2 O arquiteto planejando ambientes ideais

Considerando que o espaço não pode ser definido como pura realidade exterior e independente do indivíduo, na medida em que nutre “relações estreitas com seus instintos, impulsos, emoções e ações” (SCHILDER *apud* FISCHER, 1994, p.45), HERTZBERGER (1999), coloca em questão a atividade do arquiteto como planejador de ambientes ideais, dada a impenetrabilidade dos condicionantes que deram origem ao comportamento humano, “uma vez que jamais saberemos o que uma pessoa realmente deseja para si, ninguém será jamais capaz de inventar para outros a moradia perfeita” (p.158).

Contudo, HERTZBERGER (1999) admite que “na época em que as pessoas construíam suas próprias casas, elas também não eram livres, porque toda sociedade consiste, por definição, num padrão básico ao qual seus membros são subservientes.

Cada um é condenado a ser como ele quer que os outros o vejam – este é o preço que o indivíduo tem que pagar a sociedade para pertencer a ela, e desse modo ele é ao mesmo tempo possuidor e possuído por padrões coletivos de comportamento” (p.158).

Em conformidade com o pensamento de NETTO, *apud* SILVEIRA (2002), as chances de uma civilização mais desenvolvida e humana residem, no modo de relacionamento dos homens entre si através do ambiente, o que cabe às práticas como a arquitetura. A partir dessa premissa, SILVEIRA (2002) argumenta que “(...) o interventor da cultura material – o arquiteto – é responsável por evoluções e mudanças nas idéias e no comportamento de uma sociedade, por meio de novos produtos (...)” (p.23).

MIGUEL (2003, p.15) complementa essa afirmação descrevendo o papel que o arquiteto desempenha sobre os fatores que regem o espaço arquitetônico:

O arquiteto é um artista, um técnico e um elemento social atuante. Artista na medida que lida com a sensibilidade, a intuição e o conhecimento, materializando espaços pré-sentidos, existentes somente em sua imaginação e concretizados através de meios técnicos conhecidos ou por inventar, o que lhe confere a qualidade de técnico. Acima de tudo é um elemento social atuante, não só como integrante da sociedade, mas , principalmente, como elemento que nela interfere, à medida em que planeja o espaço, concretizando anseios sociais por uma ótica pessoal, sendo um agente intermediário entre o sujeito – futuro usuário – e o objeto – espaço a ser concretizado.

Para GRAEFF (*apud* SILVEIRA, 2002, p.3), “o campo de trabalho do arquiteto tem uma existência potencial perfeitamente definida: revela-se de amplitude colossal”. Porém, a maior parte da bibliografia temática se restringe em posicioná-lo como projetista isolado e autônomo, que usufrui de total poder e liberdade para a criação de obras de exceção. Segundo SILVA, *apud* SILVEIRA (2002) a cultura profissional concentra-se “num único modelo de êxito”, herança de uma “visão renascentista”, que resume o campo de atuação do arquiteto ao simples fornecimento de projetos requisitados para um produto – muitas vezes mal identificado pelo cliente –, gerando alto grau de incerteza quanto aos atributos desejáveis do profissional e aos recursos pedagógicos para potencializá-los.

Embora encontremos entre as variadas abordagens sobre a função do arquiteto, existem opiniões equivocadas como a de GRAEFF , que acredita que:

o mercado de trabalho do arquiteto não se desenvolve como seria desejável e normal porque cerca de 40% da população do país – uns cinquenta milhões de brasileiros – vive em condições de miséria absoluta, ao desabrigo, morrendo à mingua. É quase idêntico, senão maior, o número daqueles que vivem em condições de grande penúria, refugiados em toscos abrigos subumanos: míseros casebres, armados com o chamado lixo industrial; frágeis e precárias palhoças, malocas suburbanas, favelas, mocambos; ou em sórdidos cortiços, repugnantes “cabeças de porco”. Sobra, portanto, para constituir o mercado de trabalho do arquiteto uma ínfima parcela da população, uma espécie de “clube dos contemplados”, como diria o antropólogo Darcy Ribeiro (*GRAEFFapud* SILVEIRA, 2002, p.19).

Felizmente, a postura de GRAEFF não representa o pensamento de toda a classe. SILVEIRA (2002), crê que a tarefa social e a utilidade do trabalho do arquiteto pode ir mais além, “posto que, além de suprir a demanda habitacional simplesmente com produtos industriais (utilidade e tarefa), deve o arquiteto preocupar-se com sua real intervenção na cultura material (responsabilidade) através da criação de bens da cultura material” (p.24).

2.3 Função social do arquiteto

Em um seminário realizado na Indonésia¹⁰, em 1981, os participantes reconheceram a situação paradoxal em que se encontram os arquitetos em todo o mundo: na maioria das nações existe um setor maciço de construção de casas e bairros, mas em todas elas há um grande número de arquitetos desempregados, agravado a cada ano pelo enorme número de estudantes que se formam. Essa é uma situação absurda, em que todos saem perdendo. Por outro lado, todos que têm experiência direta na área reconhecem que grande parte da prática arquitetônica contemporânea é inadequada: embora a maior parte do conhecimento técnico adquirido nas faculdades seja aplicável e necessário, há necessidade de métodos e procedimentos para trabalhar com grupos e associações de pessoas, especialmente das comunidades de baixa renda, que ainda não é levada em conta em muitas escolas de arquitetura” (TURNER, 1983, P.87). Nesse contexto, DEL RIO (1982) repensa o posicionamento de arquiteto frente à comunidade:

Acreditamos ser um momento de autocrítica e novo posicionamento do arquiteto bem como de outros profissionais que lidam com a organização da vida urbana. Com a existência de extrema concentração de renda e acumulação do capital, o que poderia o arquiteto fazer para preencher seu papel de intérprete e promotor das necessidades sociais e humanas? (...) Durante os anos 60 e 70, experimentamos uma real alienação dos reais objetivos da vida urbana, por razões políticas ou

¹⁰ Seminário organizado em 1980 pelo Instituto de Arquitetos da Indonésia e co-patrocinado pela União Internacional dos Arquitetos (UIA) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para fazer recomendações sobre as formas e meios pelos quais os arquitetos podem fazer contribuições efetivas para o setor habitacional de baixa renda e para o desenvolvimento local, com referências especiais à Indonésia.

econômicas. A tecnocracia era totalmente apoiada pelo Estado e pelo capital; como é que um arquiteto pode propor intervenções urbanas se todos e cada um de seus atos são transformados em instrumentos de acumulação de capital? Como produzir ambientes capazes de responder às necessidades sociais se apenas reproduziriam forças do mercado ou legitimariam o poder? Qual será a função social do arquiteto?

Dentre às várias respostas possíveis ao questionamento de DEL RIO (1982), poderíamos exemplificar a atuação do arquiteto em projetos de habitações populares, promovendo uma melhor qualidade de vida no interior dessas habitações. Dado que a organização interna de uma residência está intimamente ligada à cultura e aos costumes de seus usuários – no caso dos núcleos de habitações populares, consideramos um grupo de usuários, é preciso que o arquiteto aproxime-se ao máximo de sua clientela, conhecendo a fundo suas reais necessidades, a fim de evitar erros graves de concepção.

(...) o arquiteto deve ajudar o grupo cliente a avaliar suas necessidades, prioridades e recursos. Os estágios iniciais do projeto, as idéias iniciais do traçado e da construção são particularmente importantes para que os futuros moradores sintam que o desenvolvimento é deles, para que o comprometimento seja o maior possível. Os assessores percebem que a responsabilidade compartilhada garante maior colaboração, melhores informações e a coletivização de uma possível culpa, caso ocorra alguma falha. Como também descobrem, às vezes com espanto e apesar da freqüente descrença dos projetistas convencionalmente auto-suficientes, que a qualidade da arquitetura, em geral, é melhor, não menor, quando se usam métodos de trabalho cooperativo (TURNER, *apud* MASCARÓ, 1989, p.100).

HERTZBERGER (1999), discute a importância dos profissionais, cujo trabalho está diretamente ligado à configuração de ambientes, saberem dos anseios, dos costumes, das reações, enfim, de conhecerem a cultura do grupo de usuários ao qual um projeto será destinado.

É da máxima importância compreender que há muito a aprender com as reações individuais dos moradores às sugestões contidas no projeto. As moradias ainda são projetadas segundo o que as administrações, investidores, sociólogos e arquitetos pensam que as pessoas querem. E o que eles pensam não pode ser outra coisa além do estereótipo: tais soluções podem ser mais ou menos adequadas, mas nunca

inteiramente satisfatórias. São interpretações coletivas dos desejos individuais de uma multidão elaboradas por um pequeno grupo. O que sabemos de fato dos desejos individuais das pessoas, e como podemos descobrir quais são esses desejos?

(...)Mesmo que as pessoas não construíssem suas próprias casas não conseguiriam escapar disso. Mas, pelo menos, todo mundo deveria ter a liberdade de dar sua interpretação pessoal ao padrão coletivo (p. 158).

HERTZBERGER (1999) defende que os usuários tenham um papel maior na configuração de seus ambientes, não com o objetivo de estimular maior individualidade, mas sim de “retomar o equilíbrio entre o que devemos fazer por eles e o que devemos deixar para que eles façam”(p.169).

Oferecer ‘incentivos’ que despertem associações nos usuários, que, por sua vez, conduzam a ajustamentos específicos adequados a situações específicas, pressupõe – não obstante o deslocamento de ênfase – um projeto mais elaborado, baseado num programa de requisitos mais detalhado e mais sutil (HERTZBERGER, 1999, P. 169).

Contudo, ao mesmo tempo em que defende a liberdade de intervenção do morador, reconhece que “Por mais que pareça paradoxal, é altamente questionável se um grau de liberdade não irá resultar numa espécie de paralisia, pois, embora se apresentem muitas possibilidades, é extremamente difícil escolher a que será melhor para nós. (...) Quando há muitas possibilidades de escolha, torna-se virtualmente impossível chegar a uma decisão, quanto mais à melhor delas – o excesso pode ser tão ruim quanto à extrema limitação”.

NETTO (1999) exemplifica um caso clássico de uma comunidade negra e pobre norte-americana que foi removida de suas casas para blocos de apartamentos, gerando resultados desastrosos. A tendência nesses casos é que os novos lares adquiram a mesma aparência dos anteriores, pois os moradores não têm recursos para mantê-lo, em virtude de sua situação econômica e cultural não ter se modificado.

(...)rapidamente os revestimentos se deterioram, a iluminação desaparece,

a sujeira toma conta de halls e escadas, e corredores e elevadores (quando funcionam) se transformam em locais prediletos para crimes ou em latrinas. Os grupos atingidos (e “atingidos” é bem o termo) logo recusaram a vida nessas torres infernais, porém não especificamente pela ausência e impossibilidade de manutenção e insegurança dos moradores, mas por uma razão mais simples e ainda mais fundamental: recusaram-nos porque tiveram a consciência imediata de que a vida em apartamentos (i.e. em caixa ou gaiolas isoladas e muradas por todos os lados) estava simplesmente matando um modo de vida, sufocando uma cultura, uma maneira de sentir o espaço (...). Escadas, elevadores, paredes, portas significavam, para eles, e com razão, a destruição de um espírito comunitário, de um sentimento de identificação e de pertencer a um grupo que só poderia se manifestar em espaços como casas ou sucessão de casas, onde os espaços abertos se multiplicam escondendo as portas fechadas (quando o estão, pois normalmente as portas da entrada da casa ficam abertas, fechando-se apenas a dos cômodos, ao contrário do que se tem no apartamento) (NETTO, 1999, p.43).

Durante esse processo é importante termos em mente que o treinamento profissional leva os arquitetos a ver e a pensar em ambientes construídos de uma maneira completamente diferente do que a maioria das pessoas o faz. A maioria das pessoas pensa verbalmente enquanto o arquiteto pensa visualmente. Essa diferença de pensamento faz com que tenhamos preferência por determinadas soluções pela estética, inclinando-nos a perdoar suas limitações funcionais e sociais. Assim como a posição do arquiteto diante da estrutura coletiva é interpretativa, sua posição diante dos usuários de sua arquitetura é a de tornar seu projeto interpretável por eles. Deve ficar claro para o arquiteto até onde ele pode ir e onde ele não deve fazer imposições: ele deve criar espaço e deixar espaço, nas proporções adequadas e com o equilíbrio adequado.

A maneira pela qual o usuário intervém em um determinado espaço, traduzindo relações de posse e apego, é explicado pelo processo psicológico denominado apropriação.

Em todo o caso, [a apropriação] é a afirmação de uma variante pessoal, expressa em termos de estilo de ocupação, de transformação, de instalação, de organização; o elemento do espaço ou a porção do ambiente assim alterados vão transformar-se em sistema de influência, em estrutura de posse, pelos quais uma habitação idêntica a todas as outras será vivida como casa sua. A

apropriação é uma maneira de materializar uma parte do seu universo mental no espaço físico ambiente, para o fazer nosso.

Essa prática é relativa a uma situação espacial determinada; varia em função do tipo de espaço, das suas características, dos meios disponíveis e do próprio utilizador. Tal como o espaço ganha um significado diferente em culturas diferentes, também ele varia segundo o nível social dos indivíduos, o seu tipo de aspirações, as modalidades de influência própria do seu meio e os símbolos sociais, (...). Trata-se de um tipo de influência que se harmoniza com as diversas imposições de um arranjo, reorganizando-as e, a este propósito, pode-se dizer que transcende os diversos determinismos inscritos num espaço; (...) o indivíduo, ao agir sobre ele [o espaço], lhe afeta ou reafeta símbolos e valores culturais que dele estavam excluídos (FISCHER, 1994, p 81)

“A apropriação supõe que um espaço não seja definido de maneira absoluta, ou seja, que a afetação funcional não seja estritamente programada à partida para uma atividade reservada, a ponto de excluir qualquer outra possibilidade (...)” (FISCHER, 1994, P.90). Porém, os exíguos espaços das habitações populares, determinados essencialmente por razões econômicas, financeiras e técnicas, não permitem ao usuário uma organização diferente daquela que foi programada no projeto. Isso afeta enormemente a possibilidade de adaptação, que fica reduzida a fatores estéticos de superfície, e não aos organizacionais.

Entretanto, a faixa da população atendida por projetos de habitação popular não consegue organizar-se no espaço doméstico, não pela pré determinação das posições da mobília, mas porque não têm condições de adquiri-la. A ausência do mobiliário básico pode ter conseqüências mais sérias do que a desordem espacial, mas pode afetar a saúde dos moradores. Diante dessa situação, se faz necessária a atuação da atividade projetual do arquiteto para a configuração de ambientes completos, com mobiliário integrado ao projeto arquitetônico, para realmente atingir o objetivo dos programas habitacionais sociais: melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A conseqüência, para o arquiteto, do problema que é a falta de análises históricas e sociais na determinação dos sentidos da manipulação do espaço pode ser enunciada da seguinte forma: não basta operar a partir de determinadas noções espaciais que se propõe como dados primeiros de uma cultura (i.e., como estruturas

fundamentais a serem observadas e respeitadas); é necessário, a partir desses dados, propor organizações espaciais que funcionem como informadoras e formadoras (educadoras) dos usuários na direção de uma mudança de comportamento que possa ser considerada como aperfeiçoadora das relações inter-humanas e motrizes do pleno desenvolvimento individual (sendo certo que um objetivo não pode ser plenamente alcançado sem que o outro também o seja, ao mesmo tempo). Conhecer o significado preciso que uma ordenação espacial assume para determinado grupo social é efetivamente fundamental; porém, fazer dessa observação um molde rigoroso à prática arquitetural é, via de regra, contribuir para a fixação de modos do comportamento a clamar freqüentemente por radicais transformações. Daí a necessidade de o arquiteto, informado por uma ideologia, propor novas concepções de utilização desse espaço com base na concepção dialética entre privado e comum (...). É importante, sim, ter em mente a função de formação que só pode ser exercida através do novo e do confronto bipolar que o instaura. E, de qualquer modo, observar que toda modificação geral na sociedade, só é efetiva se acompanhada por essas mudanças (atribuição de novos sentidos aos relacionamentos espaciais) ao nível das infra-estruturas (NETTO, 1999, p.47-8)

2.4 Ambiente e saúde

A Organização Mundial de Saúde (OMS) apresenta o conceito de saúde de uma forma mais abrangente do que apenas como ausência de enfermidade, expressando-a como o estado de completo bem-estar físico, mental e social. Se por um lado é difícil quantificar “bem-estar”, por outro, favorece a compreensão de que é necessário atuar sobre todos os fatores que venham a interferir nesse estado.

FISHER (1994) levanta a questão do caráter estressante do espaço, considerando que o stress é o efeito de uma interação entre uma pressão exterior e a resposta do organismo.

Muitos estudos debruçaram-se sobre aquilo a que se chama os “stressores do ambiente”, ou seja, aspectos do espaço tais como a densidade, o ruído, o calor, etc., considerados como susceptíveis de provocar um comportamento stressante (FISHER, 1994, p. 50)

Para explicar o caráter stressante de um espaço, certas abordagens desenvolveram a idéia de sobrecarga ambiental: quando um indivíduo se acha, por exemplo, nos lugares onde deve enfrentar informações variadas, muitas e novas para ele, vai adotar um comportamento que o protege daquilo que vê como uma invasão:

evitamento e, às vezes, recusa das relações sociais. Assim, os lugares podem ser uma fonte de desequilíbrio psíquico e arrastar conseqüências tais como a perda do sentido de responsabilidade ou a desindividualização (FISCHER, 1994, p. 51)

Se aplicarmos este conceito aos problemas do espaço, poderemos considerar como stressor o conjunto das perturbações produzidas por fatores julgados negativos, nocivos, numa situação ambiental. A reação psicológica que daí resulta mostra que nunca existe relação causal direta pura e simples entre uma característica, um componente ou uma porção de espaço e o que constitui a própria expressão do stress: este está ligado às condições psicossociais na medida em que os aspectos físicos de um ambiente têm características não apropriadas ou opostas às necessidades e às expectativas dos indivíduos. A noção de stressor do ambiente comporta assim dois pólos: de um lado, um pólo constituído pelas características físicas de um espaço tidas como desfavoráveis e, do outro, as condições psicossociais em que se encontram certos indivíduos num dado espaço, as quais fazem com que essas características sejam vividas como stressantes.

Não se pode assim decidir a priori se tal ou tal aspecto físico do espaço arrasta automaticamente um efeito stressante. Pode-se, contudo, referir alguns fatores que foram objeto de abordagens diversas e que, segundo as situações, podem ser considerados em graus diversos como stressores: o amontoamento, o ruído, o impacto de um ordenamento, a insegurança.

As grandes cidades contemporâneas, habitadas por um número importante de pessoas, apresentam-se como lugares muito densos; os efeitos psicológicos e sociais destas formas diversas de concentração e densidade têm sido objeto de análise (FISCHER, 1994, p. 93)

Uma outra interpretação considera que há stress a partir do momento em que há perda de controle sobre o meio ambiente em que nos encontramos. Se alguém, por exemplo, exposto num espaço muito barulhento, não tiver nenhuma possibilidade de reduzir o ruído, terá a sensação de que não exerce qualquer controle sobre ele.

Um dos primeiros estudos que pôs em evidência a influência da densidade nos alojamentos urbanos é o de LAWVE, *apud* FISCHER (1994); ele reuniu um conjunto

de dados sobre o espaço na família operária e tentou esclarecer a densidade por célula de habitação; mas, como esse índice era pouco satisfatório, estabeleceu o número de metros quadrados disponíveis por pessoa e por alojamento; isto permitiu-lhe estabelecer correlações demonstrativas de que, se o espaço disponível por pessoa fosse inferior a oito ou dez metros quadrados, o número de casos patológicos duplicava. Este estudo estabeleceu assim um elo de causa e efeito entre o amontoamento urbano e a patologia social (FISCHER, 1994, p. 96).

Outros tipos de pesquisa estabeleceram depois um elo entre densidade do alojamento e taxa de homicídios em sessenta e cinco países: a partir do estudo da densidade urbana de cidades com mais de cem mil habitantes, verificou-se uma relação entre número de pessoas por divisão e aumento de crimes violentos, nomeadamente nas famílias pobres.

De um modo geral, pode-se afirmar que no contexto urbano, a densidade de uma população, por exemplo ao nível do alojamento, é mais elevada quando se trata de categorias sociais colocadas no fundo da escala. Pode-se assim dizer que todo o sistema social considerado pelo ângulo da repartição dos indivíduos num território tende a reduzir mais o território, já diminuto, dos indivíduos quando se trata de grupos desfavorecidos e pobres. O efeito psicossocial da densidade urbana afeta em primeiro lugar os mais explorados, impondo-lhes um modo de vida definido pelo aperto territorial e pela promiscuidade.

A densidade, (...) é em si mesma um resultado social complexo no sentido em que os fenômenos de concentração de população não são produtos nem do puro acaso nem unicamente físicos. Se a densidade, enquanto característica social da relação urbana com o espaço, comporta um certo número de efeitos, estes não são automáticos e dependem das maneiras sociais e sobretudo culturais diferentes de se lhe adaptar (FISCHER, 1994, p. 97)

Podemos assim concluir que as relações entre densidade urbana e fenômenos patológicos não são simples; a densidade não age como fator dominante, mas interage com um conjunto de variáveis sócio-culturais complexas que vão dar lugar a efeitos e respostas circunstanciadas. Convém distinguir dois tipos de densidade: a densidade interior, formada pelo número de ocupantes num alojamento ou numa divisão, e a densidade exterior que é o número de pessoas por metro quadrado num

espaço construído; pode-se assim analisar este fenômeno em função daqueles dois critérios para observar que, nos subúrbios, temos uma densidade interior e exterior elevada enquanto que, nos bairros residenciais, temos uma densidade exterior e interior fraca. Chegou-se inclusive, a fazer uma importante distinção entre densidade e amontoamento (FISCHER, 1994, p. 98).

“Em resumo, habitar num grande conjunto caracteriza-se hoje, num bom número de casos, por um custo psicológico elevado, determinado tanto pelo ambiente social imediato como pelas características materiais do próprio *habitat*” (FISCHER, 1994, p. 134).

2.5 O desenho de ambientes e de mobiliário

Ao considerarmos o desenho como base da atividade humana, quase tudo o que o homem fez, desde os primórdios pode ser considerado desenho. Conforme elucida PAPANÉK (1977), “o desenho pode estar em compor uma pintura em um mural ou organizar uma gaveta, posto que desenhar é um esforço consciente para estabelecer uma ordem significativa”.

Quanto ao desenho de ambientes e artefatos, pode-se dizer que o homem primitivo construía seu habitat e fabricava seus artefatos conforme sua necessidade requisitava e sua habilidade permitia. Por exemplo, acredita-se que a necessidade de repouso possa ter dado origem a móveis¹¹ para sentar, recostar-se ou deitar.

Para MOUTINHO (1999), o mobiliário está intimamente ligado à arquitetura: a casa, que aparece com as primeiras sociedades estáveis, abriga o móvel como elo natural entre ela e seus habitantes.

Assim, o real conceito de mobiliário aparece a partir das civilizações da Antiguidade: Egito (3200 a. C. a 200 a. C.), Mesopotâmia (3250 a. C. a 600 a. C.), Grécia (600 a. C. a 300 a. C.) e Roma (500 a. C. a 476 d. C.).

Nas pinturas egípcias encontra-se a representação da arte da marcenaria: cofres, tronos, bancos, camas, arcas, leitos de repouso e leitos funerários. Contudo,

¹¹ Os móveis do homem primitivo são classificados como objetos toscos ou rústicos, sendo os primeiros encontrados prontos na natureza, e os segundos, encontrados e modificados pela mãos do homem.

esses objetos eram raros e destinados a poucas famílias dentre as mais abastadas. Segundo PUHL (1979),

Uma família de classe alta nem sempre tinha a sorte de contar com 'símbolos de alta categoria' como eram as cadeiras e as camas. Não há dúvida de que muitos burgueses de certo nível tinham de se sentar em uma esteira para comer, e de se deitar em um colchão sobre o chão para dormir.(...) Os camponeses não possuíam qualquer tipo de mobília e, provavelmente, a maioria das casas egípcias nada continha de mais notável do que um bonito jarro de flores na sala de estar. (...) As cadeiras e as mesas também não eram tão comuns que não fosse possível ver os donos de uma boa moradia e os seus convidados comerem sentados no chão, com os dedos e sem o auxílio de qualquer utensílio.(...) É provável que todas as casas possuísem pelo menos uma cômoda ou arca onde pudessem ser guardados as roupas e os tesouros da família, sendo, para esse fim, muito usado um tipo de cesto em forma de cofre. (...) Em muitas casas, as roupas e outros artigos eram guardados em armários embutidos de tijolos, geralmente situados nos quartos principais (PUHL, 1979, p.13-14).

Quanto ao material empregado na construção do mobiliário, os egípcios importavam a madeira, sobretudo da Sicília e Líbano, posto que seu país não era abundante em árvores, exceto pelas palmeiras, de difícil aproveitamento na marcenaria.

Na Mesopotâmia, onde a madeira também é escassa, o mobiliário com ela fabricado era privilégio de uma minoria. O restante da população compunha sua mobília com argila ou cana. Os armários eram substituídos por arcas de barro, pois era um verdadeiro luxo possuir uma arca em madeira.

Passando da Antiguidade a Idade Média, o mobiliário é fortemente influenciado pelo cristianismo primitivo (ano 330 a 800) que introduziu a compartimentação da casa em sala, cozinha, dormitório e demais dependências além de introduzir novas peças no mobiliário já existente, como por exemplo a cama de casal.

Nos séculos XII e XIII, no período conhecido como Gótico, o Ocidente da Europa experimentou grandes transformações artísticas, culturais, religiosas e sociais. Em parte, essas transformações são conseqüência das Cruzadas, que coloca os cavaleiros e soldados em contato com o Oriente. Esse contato favorece o aprendizado de novos costumes e o conhecimento de produtos exóticos , que fez

com que aspirassem a uma maior comodidade, ao embelezamento de suas casas e a uma indumentária mais luxuosa. Nesse período observa-se o aumento do número de burgos (cidades), e o crescimento dos já consolidados. A maioria das casas das primeiras cidades são muito simples, tramados de madeira e cobertas com palha, e apresentam um mobiliário bastante rude, pois o artesanato ainda não é bem desenvolvido. Os exemplares são poucos e quase sempre, em edifícios religiosos. Os habitantes das cidades e dos conventos fabricavam seus próprios móveis. São comuns bancos encostados a parede com espaldar móvel revestido de almofadas de pele. Entretanto, nas igrejas e nos castelos, o mobiliário é geralmente construído em carvalho e ricamente decorado com os elementos característicos da arquitetura gótica.

No Renascimento (séc. XV a XVII), o mobiliário sofre uma série de modificações tanto em técnica de produção como em distribuição¹² e a partir daí até o séc. XIX, desenvolve-se uma série de estilos, cujas características (desenho, materiais, detalhamento) acompanhavam a arquitetura da época em que foram criados.

Contudo, é somente com a Revolução Industrial (séc. XVIII e XIX) que o paradigma da produção artesanal de mobiliário é alterado e junto com ele toda a concepção de projeto e estilo. O uso da máquina tornara o processo mais rápido e mais econômico e em consequência disso o mobiliário chega a uma parcela muito maior da população. A dinâmica do processo fabril torna crescente o uso de projetos e modelos para a produção seriada. O estilo também é alterado (há uma sensível redução de detalhes) para adaptá-lo à racionalidade da máquina.

No entanto, os objetos (recém) industriais encontraram, no final do século XIX, a oposição de William Morris que, evocando o romantismo da tradição, repudiou a máquina e recuperou o processo artesanal e a qualidade artística dos objetos.

Como designer, arquiteto, poeta e escritor, Morris percebeu que a máquina poderia transformar o arquiteto em um simples decorador. A fim de restaurar a integridade da função do artista retomou o ideal do artista

¹² Segundo PUHL (1979), em 1474, Florença contava com 84 lojas de móveis.

artesão da Idade Média, quando a criação e a execução de qualquer artefato faziam parte do mesmo processo. (...)

Para ele, a arquitetura compreendia todo o ambiente físico do homem. Por isso procurou um método no qual cada elemento do projeto mantinha uma relação conceptiva com os demais. Elaborou com um grupo de amigos a “Red House”, onde ensaiou esses ideais executando desde o projeto arquitetônico até a decoração. Demonstrou, então, a tese de que um edifício poderia ser um trabalho de arte, se a arquitetura estivesse intimamente relacionada com as outras artes.(...)

Além disso, como socialista convicto, acreditava que arte deveria ser acessível ao povo. Mas, com o tempo, ao perceber que o produto realizado pela mão do artista e do artífice era caríssimo, portanto só para uma minoria, concluiu que a máquina poderia ser empregada se dominada pelo espírito humano (ACABAYA, 1994, p. 2).

Contudo, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a linguagem da máquina já dominara o cenário do desenho de objetos e por conseguinte, da própria arquitetura. Em 1925, por ocasião da Exposição Internacional de Artes Decorativas de Paris, o projeto de Le Corbusier para a construção do Pavilhão do “Espirit Nouveau” pretendeu demonstrar que a arquitetura compreendia do objeto à cidade e que a indústria produzia objetos puros. A construção expressava seu ideal de que a casa poderia ser uma máquina de morar (*machine d’habiter*), ou seja, uma habitação padronizada para satisfazer as necessidades do “homem em série”.

Armários padronizados, incorporados ou apoiados nas paredes, foram dispostos em função de sua destinação exata: guardas roupas, louças, comida, livros, etc. Executados em metal eram suspensos em tubos de ferro para liberar ao máximo o espaço. Cadeiras e mesas ou eram construídas a partir de estruturas de aço, considerando apenas sua funcionalidade, ou eram produtos industrializados como a cadeira ‘Thonet’. (ACABAYA, 1994, p. 4)

Por fim, a cultura do desenho industrial foi consolidada pela BAUHAUS, escola de arte, arquitetura e design, que conseguiria então racionalizar os princípios do desenho e adaptá-los a tecnologia moderna.

A estética da Bauhaus procurava exprimir imagens da vida moderna através do emprego de formas geométricas, de superfícies lisas e de novos materiais. A arquitetura de interiores que se resumia apenas aos móveis indispensáveis valorizava sobretudo o espaço em forma de cubo. (...) O design de móveis modernos deve seu aperfeiçoamento ao trabalho dos arquitetos. Poucos decoradores interessaram-se pela arquitetura moderna, muitos a ignoraram; assim os arquitetos foram obrigados a projetar a maior parte dos complementos da nova arquitetura. Além de criar objetos com um desenho contemporâneo, elaboraram também uma nova maneira de pensar o espaço interno adequado a sua nova função. O arquiteto tornou-se responsável pela síntese entre o espaço, a mobília, o equipamento eletrônico, a escolha do cor, dos tecidos e dos objetos como expressão de um novo modo de vida (LARABEE *apud* ACABAYA, 1994, p.4-6).

No período pós guerra, aproximadamente na segunda metade da década de 50, uma aura de otimismo e euforia toma conta do espírito humano e instaura o desejo de uma vida melhor, que pode ser conquistada através dos objetos modernos. Tem início a era do design de consumo, da produção em massa. A forma do objeto, agora dissociada de sua função, deveria corresponder a identidade e ao status do usuário.

O design dos anos 50, ao provocar a abertura dos mercados e das fronteiras culturais – além da proliferação dos canais de comunicação de massa em forma de revistas, jornais, filmes e televisão – encorajou a troca de idéias, talentos e éticas em todo o mundo capitalista (ACABAYA, 1994, p.8).

Nesse breve histórico pode-se observar a evolução na concepção, desenho e importância dos objetos (especificamente o mobiliário) na sociedade. Desde a sua produção rústica até a artesanal, um objeto era concebido para ser **útil**. Com o advento da revolução Industrial e do uso da máquina, foram introduzidas teorias de estética na produção dos objetos, chegando ao período bauhausiano como sendo **útil e belo**. Ao entrarmos na era do consumo, o objeto deve ser principalmente **agradável e novidade**, relegando a segundo plano sua utilidade.

Essa visão de desenho orientado para o consumo é claramente defendida por algumas metodologias de projeto, como a de BAXTER (2000), que baseia toda sua conceituação induzindo uma metodologia que busca a inovação crescente do

produto, para entrar em um mercado cada vez mais competitivo. Na sua visão, o desenvolvimento de produtos na era globalizada envolve diversos interesses e habilidades, tais como:

Os consumidores desejam novidades, melhores produtos, a preços razoáveis;

Os vendedores desejam diferenciações e vantagens competitivas;

Os engenheiros de produção desejam simplicidade na produção e facilidade de montagem;

Os designers gostariam de experimentar novos materiais, processos e soluções formais; e

Os empresários querem poucos investimentos e retorno rápido do capital.

(BAXTER, 2000, p.2)

Além disso, cita como fator importante para o desenvolvimento de novos produtos a forte diferenciação em relação aos concorrentes de mercado, apresentando o maior número possível de características valorizadas pelos consumidores.

É importante salientar que, enquanto a metodologia de projeto objetivar a satisfação do usuário para aumentar as vendas, o desenho deixa de atender à parcela que não possui o poder de compra e, por conseqüência, renuncia a sua função social.

Felizmente existem opiniões como a de PAPANEK (1977), que responsabiliza o desenhador-planejador por todos os nossos produtos e ferramentas juntamente com todas as nossas equivocções tecnológicas. Além disso é responsável também por agir com má-fé ou com descuido, por ter depreciado suas possibilidades criativas responsáveis, ou por não querer complicar-se, ou para atingir os objetivos da empresa em que atua.

Para PAPANEK (1977), “os profissionais de desenho vêm-se incapacitados a solucionar novos problemas devido a obstáculos sensoriais, culturais, associacionais e emocionais” (p. 153).

BOMFIM (1977), também manifesta-se sobre a complexidade do processo de desenho:

A atividade de desenvolver produtos consistia, até pouco tempo, na tarefa de uma única pessoa, cuja experiência permitia visualizar todo o processo de resolução do problema. Com a complexidade crescente

dos produtos, e seus processos de fabricação o ato de projetar passa a ser função de um grupo interdisciplinar onde o uso de novas técnicas e teorias são sempre mais freqüentes (BOMFIM, 1977, p.8).

Dentre os vários conceitos e metodologias de desenho, pode-se dizer que REDIG, *apud* GOMES (1996, P.87) formula um dos mais abrangentes conceitos do desenho contemporâneo:

Desenho Industrial é o equacionamento simultâneo de valores ergonômicos, perceptivos, antropológicos, tecnológicos econômicos e ecológicos no projeto de elementos e estruturas necessárias à vida, ao bem-estar e à cultura do homem.

Segundo GOMES (1996),

nesse conceito várias conotações estão implícitas, como por exemplo, a cultura material, equilíbrio entre a produção industrial e as necessidades sociais; utilidade; produção em massa, otimização dos custos de produção; utilização dos recursos materiais e energéticos locais. Além, é claro, das habilidades criativas e manuais das modelagens bi e tridimensionais (GOMES, 1996, p.88).

Em se tratando do tema deste trabalho, o mobiliário popular, acredita-se que o conceito de Redig poderá ser aplicado com sucesso, pois vai além de conhecer as necessidades do usuário, mas reconhece também o papel da cadeia produtiva, o custo ambiental e social do processo. Além disso, sabe-se que se o projeto respeitar o conceito completo de desenho, terá grandes chances de satisfazer às três esferas envolvidas no processo produtivo: o industrial, o desenhador e o consumidor.

2.6 O arquiteto desenhando mobiliário popular

Por que o arquiteto deveria preocupar-se com o mobiliário de habitações populares se já existe toda uma cadeia industrial envolvida com o processo de desenho, fabricação e distribuição desses artigos?

Dentre muitas respostas prováveis, FOLZ (2003) destaca que “o móvel [popular] é visto como um produto que precisa ser barato, não importando a distorção que possa existir entre a proporção de seus volumes e os espaços aos

quais estão destinados. Se a ausência de design na indústria brasileira como um todo já é um fato preocupante¹³, essa realidade passa a ser mais grave ainda quando se consideram os móveis dirigidos ao consumidor de menor poder aquisitivo: a ausência de um design industrial é um dos grandes responsáveis pelo congestionamento das habitações populares”.

Além das distorções mencionadas acima, LORENZ , *apud* BAXTER (2001, p.1) alerta para a brevidade vida útil dos produtos industriais:

A tática gerencial de encurtar deliberadamente a vida de produtos no mercado, introduzindo rapidamente novos produtos, é uma arma estratégica contra os competidores mais lentos. Essa prática foi introduzida pelos japoneses, mas está sendo copiada cada vez mais pelos países ocidentais. Como resultado, todos os competidores devem esforçar-se para produzir cada vez mais rápido, um número maior de novos produtos, do que no passado.

Sabidamente ocupados por um elevado número de usuários, os espaços resumidos das habitações populares, fariam necessárias, para um melhor aproveitamento da área, peças multiuso (dobráveis, empilháveis, encaixadas, móveis). No entanto, o mercado lhes oferece poucas opções, na maioria das vezes, desconfortáveis e pouco resistentes. A baixa durabilidade, já citada por LORENZ, é piorada com a situação constante de movimento da ferragens (abre e fecha) e em função do uso duplicado, por exemplo, um sofá-cama (que foi pensado e produzido em função do uso eventual) acaba sendo usado tanto de dia como à noite, minorando drasticamente a durabilidade do revestimento de espuma, e conseqüentemente o conforto.

Algumas iniciativas de introduzir o mobiliário na habitação popular já foram aplicadas, como veremos a seguir, em alguns conjuntos erguidos pelos IAPs, ou nos conjuntos habitacionais do Inocoop-SP. Contudo, já inseriam a mobília industrializada ou semi-industrializadas nas unidades habitacionais. A intenção

¹³ O relatório divulgado em 1999 pela Finep titulado “o design na industria brasileira de moveis”, traz uma estatística completa sobre os núcleos moveleiros nacionais, incluindo o tipo de produção, mercados, materiais, técnicas e público-alvo e destaca a necessidade do fomento ao design como fator de diferenciação e competitividade tanto no mercado interno como externo.

disciplinadora dos IAPs, que alcançava minúcias no interior das residências, foi salientada por MARINS (2001):

alguns conjuntos, erguidos durante o Estado Novo ou nas gestões que os seguiram imediatamente, eram entregues aos moradores com inúmeros itens de mobiliário comprados pelos institutos, sob a justificativa de barateamento de custos e servindo ainda à precaução contra eventuais transferências de hábitos não higiênicos trazidos de cortiços ou gêneros semelhantes de moradia que contaminassem as vizinhanças (p.206).

Mais tarde, em 1970, surge o projeto de Elvira de Almeida Alquéres, junto aos moradores dos conjuntos habitacionais das cooperativas assessoradas pelo Inocoop-SP. A intenção do projeto era a de combinar assessoria técnica com um sistema construtivo espontâneo, onde o usuário adquiria kits de móveis¹⁴ - que eram fornecidos já cortados, furados e com suas respectivas ferragens, acompanhados de um manual de instrução para a montagem, para depois montá-los.

Os kits eram fornecidos a preço de custo¹⁵, sendo que era recolhida uma poupança mensal do interessado algum tempo antes da data prevista para a execução dos móveis. “Apesar de serem kits pré fabricados, que supunham uma ligação com a industrialização, defendia a autoconstrução como forma de diminuir o efeito massificador e padronizado dos produtos industrializados. Com a participação na montagem acreditava-se num processo pedagógico no qual o usuário aprenderia a solucionar seu problema de espaço na moradia” (FOLZ, 2003, p.110).

Com a modulação dos móveis estando relacionada ao espaço interno de cada unidade habitacional, buscava-se diminuir a desproporção existente entre o número de integrantes de uma família e o espaço disponível pra morar. Assim o mobiliário era o mais funcional e versátil possível, com as mesas basculantes, os armários embutidos e treliches pensados em função dos espaços específicos de cada habitação.

¹⁴ Compostos por madeira maciça, aglomerado e compensado

¹⁵ Segundo FOLZ (2003, p.111), “a mobília para um apartamento de dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, pronto para receber uma família de até 7 pessoas, ficaria em torno de Cr\$ 2.000,00. Como o salário mínimo da época era de Cr\$ 225,60, por menos de 10 S.M. o morador conseguiria mobiliar todo o apartamento”.

Contudo, FOLZ (2003) esclarece que “para ela [Elvira Alquéres] estava claro que o ideal seria se pudesse participar do projeto arquitetônico também, a fim de resolver melhor o espaço interno dos apartamentos. Assim seria possível chegar a um projeto integrado, em que certas paredes seriam eliminadas e substituídas por armários” (p.117).

A situação pede maior atenção quando se trata de habitações populares de caráter social, dirigida ao público de renda inferior a três salários mínimos. Nesses casos, a renda familiar não permite o acesso sequer aos móveis populares, na maioria dos casos, nem comprados de segunda mão. As conseqüências dessa situação vão desde o aproveitamento de lixo e sucatas para compor o mobiliário até o surgimento de situações, no mínimo desconfortáveis, como por exemplo, dormir no chão.

Além disso, em casos de desastres naturais, como alagamentos, ou acidentes, como focos de incêndio, acabam por destruir o pouco que resta a essas famílias mais necessitadas.

Portanto, além de ampliar sua atuação em projetos sociais, os arquitetos precisamos desenvolver ou uma metodologia que contemple estruturas básicas de mobiliário, ou partir para o desenvolvimento de projetos de mobiliário próprios para as habitações de baixa renda, estes últimos podendo ser guiados pelas metodologias de projeto de produto. Essas metodologias auxiliarão o processo na medida em que consideram com pesos diferenciados a situação sócio-econômica e cultural de uma clientela específica, a viabilidade tecnológica e ecológica para a execução do projeto, entre outros fatores, chegando a delinear um produto muito próximo do ideal, reduzindo os riscos de rejeição da proposta.

Portanto, pode-se considerar como premissa básica para o desenvolvimento das propostas, o pensamento de HERTZBERGER (1999) quando diz que “devemos oferecer ‘incentivos’ que despertem associações nos usuários, que, por sua vez, conduzam a ajustamentos específicos adequados a situações específicas (...)” (p.169).

2.7 Proposta de Trabalho

Este trabalho se propõe a abordar a função social do arquiteto dentro de projetos de habitações populares de baixa renda, fazendo com que as unidades habitacionais proporcionem mais do que abrigo, mas que possibilitem à sua clientela mais carente uma melhor qualidade de vida, a partir da inserção do projeto de mobiliário como parte integrante do processo projetual e construtivo.

A validade da proposta confirmou-se através da pesquisa realizada em dois loteamentos de baixa renda, na cidade de Santa Maria-RS, e detalhada no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3

Teoria de Dados

Dados os objetivos específicos deste trabalho, apresentou-se nos dois primeiros capítulos a fundamentação teórica para este, de levantamento de dados.

Em uma primeira etapa, buscou-se nos órgãos públicos competentes (Secretaria de Planejamento e Secretaria Extraordinária da Habitação), todos os dados relativos ao Projeto Social Loteamento Paróquia das Dores, implantado em Santa Maria-RS e financiado com recursos do Programa Habitar Brasil, de iniciativa do Governo Federal.

A pesquisa a seguir desenvolveu-se em duas vertentes:

Na primeira fase, fez-se uma observação in loco de algumas casas do núcleo Habitacional Paróquia das Dores, a fim de verificar em que condições essas unidades estavam sendo mobiliadas. É importante salientar que este estudo investigativo é de gênero qualitativo, onde não impera a obtenção de dados estatísticos a respeito da situação sócio-econômica dos habitantes do loteamentos em estudo, ou da participação de engenheiros, arquitetos ou desenhistas industriais nas atividades de planejamento, projeto ou de construção das moradias e seu mobiliário, mas, sim de dados qualitativos sobre como as pessoas de baixa renda mobiliam suas casas e de que maneira isso pode afetar sua qualidade de vida.

Embora a pesquisa não tivesse caráter estatístico, foi acompanhada de um questionário aplicado ao chefe da família. A aplicação do questionário foi importante no sentido em que possibilitou a observação de como os moradores se organizavam e que artefatos utilizavam para realizar as funções primordiais do ser humano: repouso, alimentação e lazer. Outra finalidade do questionário era saber dentre os itens de mobiliário quais o morador aprovaria como sendo fixos à estrutura da residência.

Contando com estrutura fechada, com questões diretas e de múltipla escolha com o intuito de facilitar a obtenção dos dados, o questionário também admitiu questões abertas, feitas conforme a ocasião, e que permitiram uma melhor compreensão das situações encontradas. A seguir, o modelo do questionário aplicado aos moradores.

Questionário

1. Número de pessoas que habitam a residência, com as respectivas idades e situação escolar.
2. Renda familiar
3. Há quanto tempo habita a residência?
4. Nível de satisfação em relação ao tamanho da residência

<input type="checkbox"/>	Péssimo
<input type="checkbox"/>	Ruim
<input type="checkbox"/>	Regular
<input type="checkbox"/>	Bom
<input type="checkbox"/>	Ótimo

5. De onde provêm o mobiliário existente?

<input type="checkbox"/>	Doação
<input type="checkbox"/>	Transformação (Reciclagem)
<input type="checkbox"/>	Fabrico Próprio (Peças Novas)
<input type="checkbox"/>	Lojas
<input type="checkbox"/>	Marceneiros
<input type="checkbox"/>	Outros

6. Nível de satisfação com a mobília atual

<input type="checkbox"/>	Péssimo
<input type="checkbox"/>	Ruim
<input type="checkbox"/>	Regular
<input type="checkbox"/>	Bom
<input type="checkbox"/>	Ótimo

7. Quais dos itens abaixo são necessários para o bom funcionamento da habitação?

Social	Serviço	Intimo
--------	---------	--------

<input type="checkbox"/> Sofá 3 Lugares	<input type="checkbox"/> Pia 120 Com Inox	<input type="checkbox"/> Roupeiro Até 150cm
<input type="checkbox"/> Sofá 2 Lugares	<input type="checkbox"/> Armário Aéreo	<input type="checkbox"/> Roupeiro Até 200cm
<input type="checkbox"/> Sofá-Cama	<input type="checkbox"/> Mesa 4 Lugares	<input type="checkbox"/> Roupeiro Maior
<input type="checkbox"/> Estante Tv/Som	<input type="checkbox"/> Paneleiro	<input type="checkbox"/> Cama Casal
<input type="checkbox"/> Rack Tv/Som	<input type="checkbox"/> Armário Banheiro	<input type="checkbox"/> Cama Solteiro
<input type="checkbox"/> Mesa De Centro		<input type="checkbox"/> Beliche

8. Na hipótese da casa possuir mobília integrada, quais dos itens abaixo poderiam estar incluídos no projeto?

Social	Serviço	Intimo
<input type="checkbox"/> Sofá 3 Lugares	<input type="checkbox"/> Pia 120	<input type="checkbox"/> Roupeiro Até 150cm
<input type="checkbox"/> Sofá 2 Lugares	<input type="checkbox"/> Armário Aéreo	<input type="checkbox"/> Roupeiro Até 200cm
<input type="checkbox"/> Sofá-Cama	<input type="checkbox"/> Mesa 4 Lugares	<input type="checkbox"/> Roupeiro Maior
<input type="checkbox"/> Estante Tv/Som	<input type="checkbox"/> Armário Banheiro	<input type="checkbox"/> Cama Casal
<input type="checkbox"/> Rack Tv/Som		<input type="checkbox"/> Cama Solteiro

9. Complementos

3.1 Objeto de estudo

O Loteamento Paróquia das Dores, situado no município de Santa Maria-RS,

composto por 178 unidades habitacionais abriga famílias retiradas das chamadas áreas de risco (Estrada do Amaral, Vila Renascença – às margens do arroio Cadena – Vila oliveira e Vila Lídia). O terreno para o loteamento foi cedido pela Paróquia Nossa Senhora das Dores e as casas financiadas pelo Governo Federal (aproximadamente 80% do valor) conquanto que a Prefeitura realizasse o projeto de inclusão social das famílias beneficiadas pelo programa, além de prover o loteamento de infra-estrutura urbana básica: rede de água, luz e esgoto. Os 20% restantes serão pagos pelos moradores, no período de 15 anos, a uma parcela de R\$ 15,00 ao mês. A inadimplência acarretará na perda do imóvel.

A ocupação deu-se em duas etapas, a primeira locou 73 famílias em janeiro de 2004, e a segunda, 105 famílias, em junho do mesmo ano. Ainda haverá uma terceira etapa, que contará com a construção de 61 unidades habitacionais.

3.2 População alvo

Com base nos resultados do cadastramento realizado pela Secretaria Extraordinária da Habitação, da Prefeitura Municipal de Santa Maria, construiu-se um panorama geral das famílias que hoje habitam o Loteamento Paróquia das Dores.

As áreas objetos de intervenção apresentavam diversos tipos de situação de risco, tanto geográficos – cursos d'água, recuos viários –, quanto sociais. Além disso as comunidades conviviam diariamente com depósitos de lixo, esgoto a céu aberto, animais vetores e proliferação de doenças. Financeiramente, 77% das famílias vivia em situação de indigência¹⁶, trabalhando como biscateiros (catadores de papel, plástico, latas, vidros), lavadeiras, empregadas domésticas, pedreiros, carpinteiros, auxiliares de serviços gerais, entre outros.

Também pode-se mencionar que 15% das famílias apresentavam problemas com álcool e drogas, além de doenças como escabiose, pediculose, HIV e tuberculose. No entanto esse percentual, na verdade, pode ser muito maior, visto que muitas famílias omitiram esse tipo de ocorrência. Outras doenças que foram

¹⁶ Conforme a classificação do IBGE, famílias com renda até um salário mínimo são consideradas indigentes.

identificadas com frequência pela equipe da SEHAB: pneumonia, infecção na garganta, diabetes, hipertensão, doenças renais, DST, anemias e trombose.



FIGURA 02: Habitação em área de risco, às margens do Arroio Cadena
Fonte: arquivo pessoal Zulmira Kist

Nesse âmbito, o objetivo do Programa Habitar Brasil é constituir uma política de padrões básicos de cidadania, possibilitando a sobrevivência das pessoas que integram o grupo familiar, bem como um conjunto de intervenções que possibilitem superar a condição em que se encontram, assegurando a inclusão social das famílias.

A materialização do Projeto Social para as famílias beneficiadas pelo Programa Habitar Brasil é uma das exigências do Governo Federal para a liberação do financiamento. O objetivo geral desse Trabalho Social é “garantir às famílias o acesso a bens e serviços visando a promoção e o desenvolvimento da cidadania, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida”.

3.3 Características do projeto

O projeto inicial¹⁷ contempla, além das casas, áreas destinadas a uma horta comunitária, um centro comunitário, escola e até um potreiro (pois um grande número de moradores trabalha como catadores de papel e lixo reciclável).

Segundo o arquiteto Iginno Coletto, responsável pelo projeto, foram pensados espaços de convivência entre as unidades habitacionais, áreas cobertas para o tradicional chimarrão, espaço coberto também para o tanque de lavar roupas e para o botijão de gás. Internamente, distribuídos em 33 m², cozinha, banheiro, uma sala ampla (até mesmo para os padrões de classe média) e um dormitório.

O projeto arquitetônico, apesar de executado internamente com materiais simples e sem revestimentos cerâmicos, conta com áreas consideravelmente amplas para este tipo de empreendimento. Além disso, na parte externa, apresenta volumetrias diferenciadas promovidas pelo telhado cerâmico, e pintura externa com cores diferentes para algumas casas, a fim de evitar a monotonia do conjunto.

A tipologia geminada (Figuras 03 e 04), segundo o arquiteto, foi adotada porque orienta as prováveis futuras expansões, evitando que acréscimos pouco planejados descaracterizassem por completo o projeto. Contudo, esse tipo de solução trouxe problemas de conforto acústico e de privacidade aos moradores de vizinhos pouco educados.

¹⁷ Diz-se inicial no sentido de planejado inicialmente, dado que, como alguns itens do projeto ainda não foram materializados, são passíveis de mudança.



FIGURA 03: Vista de algumas casas geminadas, ainda em construção, do Loteamento Paróquia das Dores. A composição de telhados enriquece a perspectiva.

Fonte: Arquivo pessoal Zulmira Kist



FIGURA 04: Outra tipologia característica do Loteamento, também geminada, com cores diferenciadas em relação às primeiras.

Fonte: Arquivo pessoal Zulmira Kist

4 Panorama atual

4.1 Panorama sócio-econômico

Com exceção de poucas famílias com renda fixa acima de um salário mínimo (propositadamente locadas nas unidades situadas no início do lote, na parte mais alta, ligeiramente mais afastadas da grande massa), o restante ainda vive em situação precária. Conforme vai-se descendo a rua, em direção à parte mais baixa do terreno, vão piorando as condições das famílias, até chegarmos às últimas quadras, onde se formaram guetos de violência e até núcleos venda de drogas¹⁸. Nesse mesmo local, um lote generoso onde havia sido prevista uma estrebaria¹⁹ passou a ser utilizado como lixão pelos moradores.

A violência de alguns grupos (inclusive liderados por mulheres) promove constantes invasões às casas do loteamento, pressionando os moradores para que as abandonem, utilizando para tanto, artifícios como roubo, espancamento, e ameaças de morte. Muitos moradores já deixaram de estudar à noite para proteger as casas. Algumas mães não dormem para proteger os filhos. Sem outra fonte de defesa, algumas delas passam a noite toda junto ao fogão, fervendo permanentemente uma panela com água para atirar nos invasores.

O roubo é um artifício que impressiona, pois percebemos que os poucos objetos (notadamente em mau estado) existentes nas casas, são ainda comercializados com os que nada têm – comércio este que alimenta o tráfico de drogas na própria localidade.

A higiene pessoal não parece ser hábito da maioria das pessoas. Também parece não existir esse cuidado com o ambiente: há sujeira e acúmulo de lixo nos terrenos e dentro de algumas casas, passando a atrair ratos, baratas, e outros vetores de doenças.

¹⁸ Informações obtidas junto à Assistente Social Zulmira Kist, organizadora do projeto de inclusão social das famílias.

¹⁹ Segundo as estatísticas realizadas pela Prefeitura, um grande número de moradores (carroceiros e catadores de papel e sucata) possuía um cavalo para trabalhar.

4.2 Panorama do ambiente construído

No interior das residências, os poucos móveis encontrados estavam em condições degradantes. As estruturas em madeira estavam apodrecidas pela idade e mau uso, podendo alojar cupins, baratas, aranhas e outros insetos. A maior parte da mobília foi obtida através de doações, e, em geral já chegava em mau estado. Ainda encontrou-se com freqüência, artefatos rústicos, adaptados pelos próprios moradores, como por exemplo, uma caixa de madeira, utilizada para o transporte de frutas, funcionando como estante. E aos que sequer conseguiram adaptar a sua mobília, restou a necessidade e a má acomodação em situações piores e, infelizmente, bastante freqüentes, como por exemplo, pedaços de espuma servindo como cama, tanto para crianças, como para adultos. Essa situação acaba por ocasionar sérios prejuízos à saúde, como problemas alérgicos – pela poeira ou ataque de insetos, de postura, respiratórios – agravados em épocas de frio e chuvas. Além disso, as freqüentes noites mal dormidas prejudicam todas as atividades realizadas durante o dia (trabalho e escola).

Desse modo, conclui-se que a mudança de ambiente, mesmo que para uma situação aparentemente muito melhor, não alterou do mesmo modo a vida das pessoas. O seu habitat continua desprovido de artefatos que lhes proporcione uma vida digna em família e em sociedade.

Dadas as condições em que estão vivendo, as pessoas não se sentem devidamente estimuladas a integrarem a sociedade, seja pelo estudo ou trabalho. Entre os exemplos está o de uma mãe que negou-se a auxiliar no almoço comunitário²⁰, pois não estaria ganhando nenhum dinheiro em troca.

Essa situação encontra paralelo na teoria da hierarquia das necessidades de MASLOW, *apud* MARRAS (2001, p. 33), na medida em que podemos supor que sem conseguir atender suas necessidades básicas fisiológicas, como higiene, alimentação e descanso, as pessoas tendem a não almejar situações melhores (em direção à realização pessoal).

²⁰ O almoço é servido diariamente no salão paroquial à todas as crianças da comunidade, desde que as mães se comprometam a auxiliar na cozinha uma vez na semana.

A segunda²¹ fase da pesquisa, direcionada ao mobiliário utilizado nas casa, organizou-se em dois momentos:

Em um primeiro momento, foram entrevistadas dez famílias residentes no Loteamento Paróquia das Dores, selecionadas por amostragem. Essa entrevista foi guiada por um questionário, apresentado a seguir. Dentre as entrevistadas, foram selecionadas três, cada uma representando um dos três padrões²² sócio-econômicos encontrados no loteamento.

O questionário foi organizado de modo a extrair opiniões pessoais dos moradores, enquanto usuários diretos da mobília que possuem, a fim de levantar suas principais necessidades, e até mesmo críticas ao que possuem e ao que é disponível no mercado. A informação sobre a procedência do mobiliário existente é importante no sentido em que verifica o nível de liberdade de escolha dos usuário sobre o mobiliário que possuem. O número de habitantes por residência se faz necessário para perceber em primeiro plano, o adensamento populacional da residência e também as condições e a freqüência de uso do mobiliário.

²¹ A primeira fase constitui-se do levantamento de dados junto à Prefeitura.

²² Notou-se que os padrões de mobiliário encontrados eram comuns a determinadas situações, relacionadas à renda e ao número de moradores por unidade habitacional. Dessa forma, dividiu-se as casas do loteamento em três grupos, com base na relação **renda/densidade**. Conforme essa relação resultava alta, média ou baixa, alteravam-se as condições dos ambientes estudados.

4.3 Levantamento do mobiliário

O levantamento inicia com registros fotográficos e com a análise da planta baixa, esta última indicando a posição do mobiliário encontrado e o esquema de funções (social, serviço, íntimo) adotado pelos moradores. Posteriormente os itens analisados foram dispostos em uma tabela contendo: o item, a função e a aparência. O item é o móvel que está sendo analisado, com seu respectivo nome “comercial”, a função refere-se à maneira como esse móvel está sendo utilizado pelos moradores, pois devido aos poucos recursos financeiros e de espaço, um mesmo item pode ter mais de um uso, ou função diferente daquela para a qual foi desenvolvido e, finalmente, a aparência que refere-se às condições físicas em que a peça se encontra. Para regular essa análise fez-se uma classificação dos possíveis estados em que o móvel poderia apresentar-se:

Ótimo: móvel sem problemas estruturais ou de revestimento. Uso liberado.

Bom: móvel com algum tempo de uso, aparência pouco desgastada, sem problemas estruturais. Uso liberado.

Regular: móvel antigo, revestimento desgastado, mas ainda próprio para uso. Uso com parcimônia.

Ruim: móvel com portas desreguladas, defeito nas ferragens, lâminas soltas, tecidos frágeis. Uso não aconselhado.

Péssimo: estrutura comprometida por cupins, aglomerado esfarelado, metais enferrujados, dobradiças quebradas, tecidos mofados e/ou rasgados, colchões e estofados sem resistência ao peso. Sem condições de uso.

Para efeito de validação da pesquisa, foi realizado o mesmo processo (entrevista, análise) para o mesmo número de residências no loteamento vizinho. Esta estratégia foi adotada no sentido em que, tendo o Loteamento Paróquia das Dores apenas 1 (um) ano de ocupação, poderia levantar-se a hipótese de ainda não haver transcorrido tempo necessário à adaptação dos moradores.

Em uma segunda etapa, foi realizada uma pesquisa de preços para algumas peças básicas de mobiliário, com o objetivo de avaliar a distância existente entre elas e a clientela do Programa HABITAR BRASIL.

4.3.1 Levantamento do mobiliário nas residências do Loteamento Paróquia das Dores

Conforme já mencionado as três residências a seguir selecionadas para a análise do mobiliário foram escolhidas por representarem cada um dos três padrões encontrados no loteamento, caracterizados pela relação renda/densidade.

Caso A

A1. Dados sócio-econômicos

Relação renda/densidade: **alta**

Família com 1 pessoa – mulher aposentada.

Situação financeira: pensionista, 1 salário mínimo ao mês.

Procedência do mobiliário: comprado em lojas populares, alguns de 2ª mão.

Situação do mobiliário:

Item	utilização	aparência
Sofá 3 lugares	Sofá	Ruim
Cadeira aproximação (2)	cadeira	regular
Poltrona (2)	poltrona	Ruim
Mesa com 4 cadeiras	Mesa refeições	bom
Mesa de centro	Bancada tv	ruim
Armário cozinha	Armário cozinha	bom
Pia cozinha c/ tampo	pia	bom
Roupeiro 6 portas	Roupeiro	regular
Cama de casal	cama	bom

QUADRO 03: Levantamento de mobiliário do Caso A.

Fonte: Dados levantados pela pesquisa.

Nível de aceitação baixo em relação ao mobiliário integrado, pois gosta de alterar com frequência a posição dos móveis. Contudo aceitaria a inclusão de armários embutidos, pois considera como de baixa qualidade os oferecidos no mercado.

A2. Planta Baixa

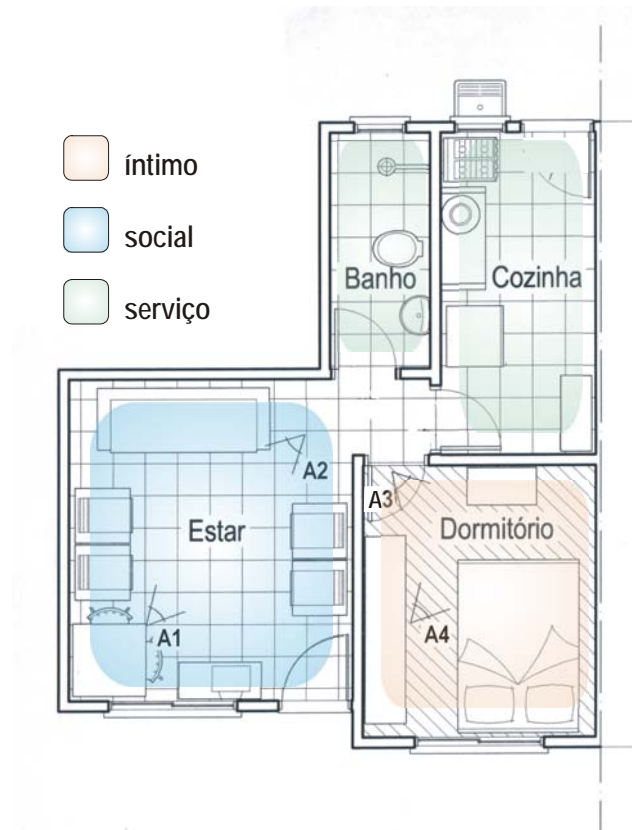


FIGURA 05: Planta baixa do Caso A

As vistas assinaladas em planta correspondem ao levantamento fotográfico

Não há conflitos de função, pois para um morador a área é ideal. Contudo, a moradora reclama do barulho que atravessa a fina divisória entre as unidades vizinhas.

A3. Levantamento Fotográfico

Neste caso, o levantamento fotográfico demonstra que uma pessoa organiza-se bem nos 33m² disponíveis, inclusive admitindo variação nas posições do mobiliário, como foi ressaltado pela própria moradora. O mobiliário é composto por peças simples, herdadas ou compradas de segunda mão. Algumas peças, mais antigas, denotam fragilidade e requerem cuidados no uso.



Figura 06: Vista A1. Sofá e poltronas



Figura 07: Vista A2. Cadeiras de aproximação e mesa para refeições.



Figura 08: Vista A3. O colchão ao lado da cama é uma tentativa de isolamento acústico

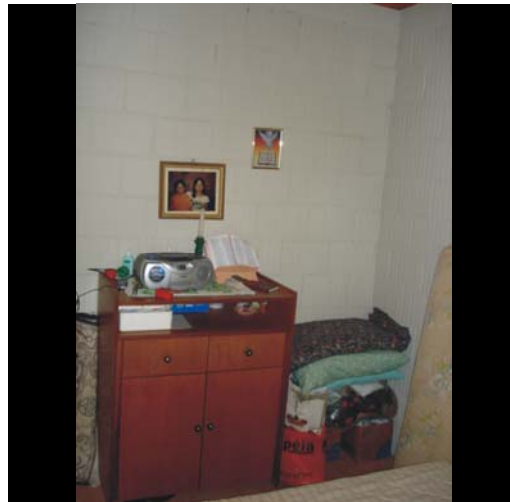


Figura 09: Vista A4. Cômoda no quarto. Mas ainda falta espaço para roupas e cobertores.

Fonte: Dados fornecidos pela pesquisa.

Caso B:**B1 Dados sócio-econômicos:**

Relação renda/densidade: **média**

Família com 4 pessoas – casal, bebê e senhora idosa.

Situação financeira: 1 e meio salários mínimo ao mês.

Procedência do mobiliário: comprado de 2ª mão em lojas populares, porém a maioria foi doada.

Situação do mobiliário:

item	utilização	aparência
Sofá-cama 2 lugares	Sofá e cama bebê	ruim
aparador	Estante tv	ruim
Cama solteiro	cama	ruim
Mesa com 4 cadeiras	mesa refeições	regular
Aparador com portas	Bancada tv	ruim
Módulos metálicos	roupeiro	ruim

QUADRO 04: Levantamento de mobiliário do Caso B

FONTE: Dados levantados pela pesquisa.

O mobiliário caracteriza-se por poucas peças, obtidas por doação na sua maioria, muito antigas e com poucas condições de uso. O casal dorme em um colchão no chão da sala, ao lado do sofá-cama, onde fica o bebê.

Notou-se a precariedade da estrutura utilizada para guardar as roupas, que na sua maioria, ficam empilhadas no chão. Na cozinha não há armários para mantimentos. As cadeiras são antigas e bastante frágeis.

B2. Planta Baixa

A Planta Baixa representada na figura 10, apresenta poucas peças de mobiliário, com espaços ociosos, principalmente no dormitório. Ao mesmo tempo, existe uma sobreposição de funções na sala (estar/dormir).

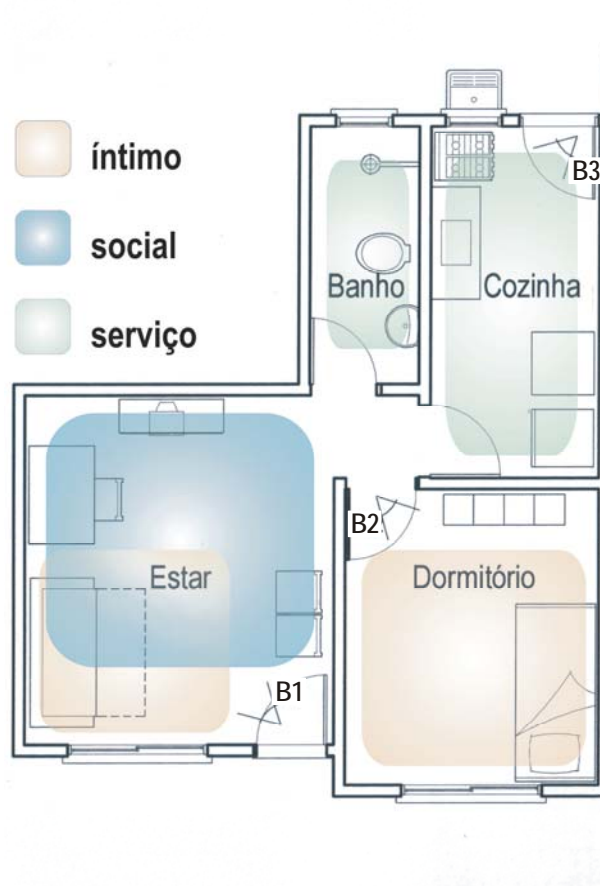


FIGURA 10: Planta Baixa do Caso B

As vistas assinaladas em planta correspondem ao levantamento fotográfico

A zona íntima é mal distribuída, pois, enquanto dorme apenas uma senhora no quarto, acomodam-se na sala o casal (em um colchão no chão) e o bebê (no sofá cama).

B3. Levantamento Fotográfico

O levantamento fotográfico revela certa organização e asseio nas dependências da residência. Contudo, a ausência de armários induz à utilização de estruturas não adequadas, ou o empilhamento de objetos no chão. Também nota-se a ausência de camas (o casal dorme no chão).



FIGURA 11: Vista B1. Sofá cama na sala (cama do bebê). Ao lado, no chão, dormem os pais.

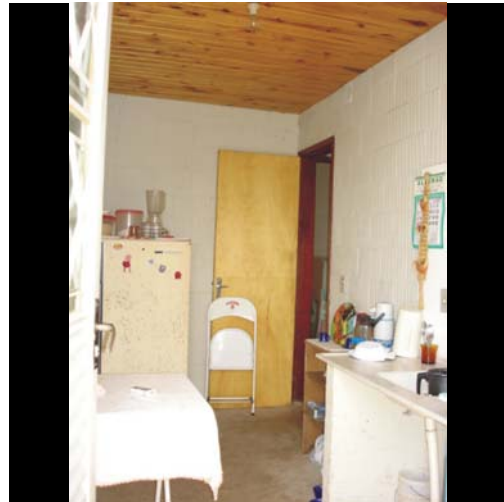


FIGURA 12: Vista B3. Ausência de armários na cozinha.



FIGURA 13: Vista B2.1. A cama em mau estado e o colchão utilizado para o casal dormir na sala.

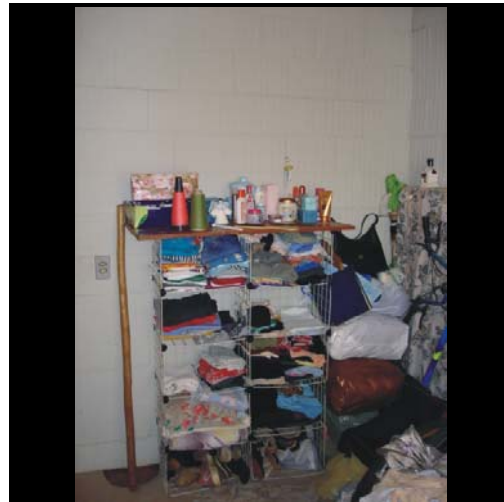


FIGURA 14: Vista B2.2. Sem um armário apropriado as roupas e demais objetos amontoam-se no chão e na estante de módulos.

Fonte: Dados fornecidos pela pesquisa.

Caso C

C1. Dados sócio-econômicos

Relação renda/densidade: **baixa**

Família com 6 pessoas – pai, mãe, 2 filhos, 2 filhas (uma recém -nascida)

Situação financeira: sem renda fixa, catador de papel.

Procedência do mobiliário: todo doado, através de apelo feito em programa de rádio.

Situação do mobiliário:

item	função	aparência
Sofá 3 lugares	Sofá e cama	péssimo
Sofá 3 lugares	Sofá e cama	péssimo
Beliche	Cama	regular
Roupeiro 2 portas	Roupeiro	péssimo
Armário cozinha	Estante tv	ruim
Cama de casal	Apoio de roupas	péssimo
Berço	Cama bebê	regular
Armário 1 porta	Roupeiro	péssimo

QUADRO 05: Levantamento de mobiliário do Caso C

FONTE: Dados levantados pela pesquisa.

Além dos móveis serem muito antigos, estão em parte apodrecidos pela umidade e com os tecidos rasgados (sofás). Desse modo, além do amontoamento e da mobília degradada, os moradores convivem com o mal cheiro e com a proliferação de insetos e ratos.

Nível de aceitação em relação à proposta de mobiliário integrado: ótimo.

C2. Planta baixa

Na Figura 15, está representada a Planta Baixa para o Caso C do Loteamento Paróquia das Dores, sendo este nível considerado o de pior situação do mobiliário e de vivência.

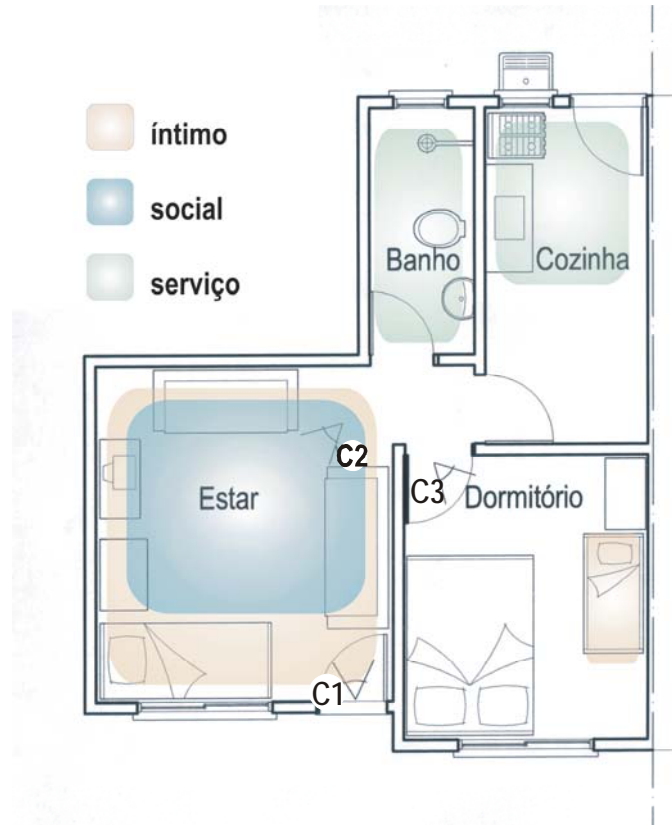


FIGURA 15: Planta Baixa do Caso C

As vistas assinaladas em planta correspondem ao levantamento fotográfico

Toda a família utiliza a sala tanto como estar, como para comer e dormir, com exceção do bebê, que fica no berço situado no dormitório. Neste caso há uma sobreposição de funções na sala, restando a cozinha e o dormitório ociosos na maior parte do tempo. Observou-se acúmulo de lixo dentro e fora da residência além da ausência de higiene pessoal e com o ambiente.

Assinaladas em planta baixa, as funções de estar e repouso sobrepostas na sala, enquanto o dormitório fica sem função definida. Também destaca-se a ausência de mesas para refeições.

C3. Levantamento Fotográfico

O levantamento fotográfico revela a situação precária do mobiliário utilizado nesta residência. Todas as peças foram adquiridas através de um apelo feito no rádio, pois quando mudou-se para a casa, a família não possuía nada.



FIGURA 16: Vista C1. Sofá em péssimo estado de conservação. À noite é utilizado como cama pelo pai.



FIGURA 17: Vista C2. Armário de cozinha utilizado como estante de tv, e roupeiro duas portas.



FIGURA 18: Vista C3.1. Cama em péssimo estado utilizada como depósito de roupas.

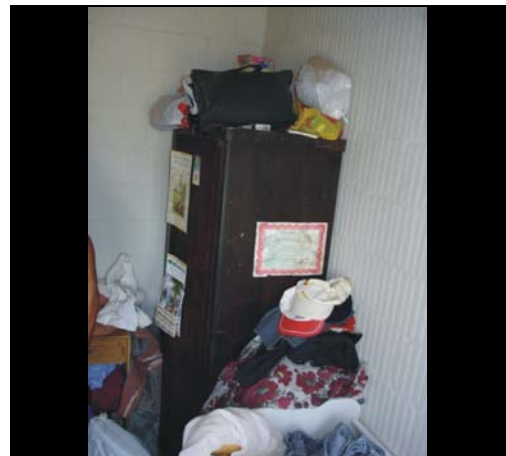


FIGURA 19: Vista C3.2. Ao fundo, armário 1 porta em estado péssimo além de amontoamento de roupas e outros objetos

Fonte: Dados fornecidos pela pesquisa.

4.3.2 Levantamento do mobiliário nas residências do Núcleo Habitacional Diácono Luiz Pozzobom (Parâmetro de comparação)

Por tratar-se de um projeto relativamente antigo, não foi possível obter na Prefeitura dados mais precisos sobre os moradores e o projeto. Contudo, para o efeito de comparação pretendido, serão suficientes o questionário e o levantamento.

Os casos analisados foram selecionados pelos mesmos critérios dos seus correspondentes no Loteamento Paróquia das Dores.

Caso D

D1. Dados sócio-econômicos

Relação renda/densidade: **alta**

Família com 6 pessoas – mãe, pai, 2 filhos adolescentes, 1 filha adolescente, 1 filho pequeno

Situação financeira: 2 salários mínimo ao mês.

Procedência do mobiliário: comprada de 2ª mão em lojas populares.

Situação do mobiliário:

item	utilização	aparência
Mesa 6 lugares	refeições	ótimo
Balcão pia	pia	bom
Treliche	cama	ruim
Roupeiro 3 portas	Roupeiro/ divisória	ruim
Cama casal	Cama casal	regular
Armário aéreo cozinha 3 portas	roupeiro	ruim

QUADRO 06: Levantamento do mobiliário do Caso D

FONTE: Dados levantados pela pesquisa.

Todo o mobiliário foi adquirido de 2ª mão em lojas populares. Algumas peças em bom estado, exceto o roupeiro e o treliche, que já apresentam deterioração das ferragens e partes em madeira.

D2. Planta Baixa

A Planta Baixa representada pela Figura 20 demonstra o excesso de objetos dispostos na pequena área de 18 m², restando pouco a ser ocupado pelos 7 moradores.

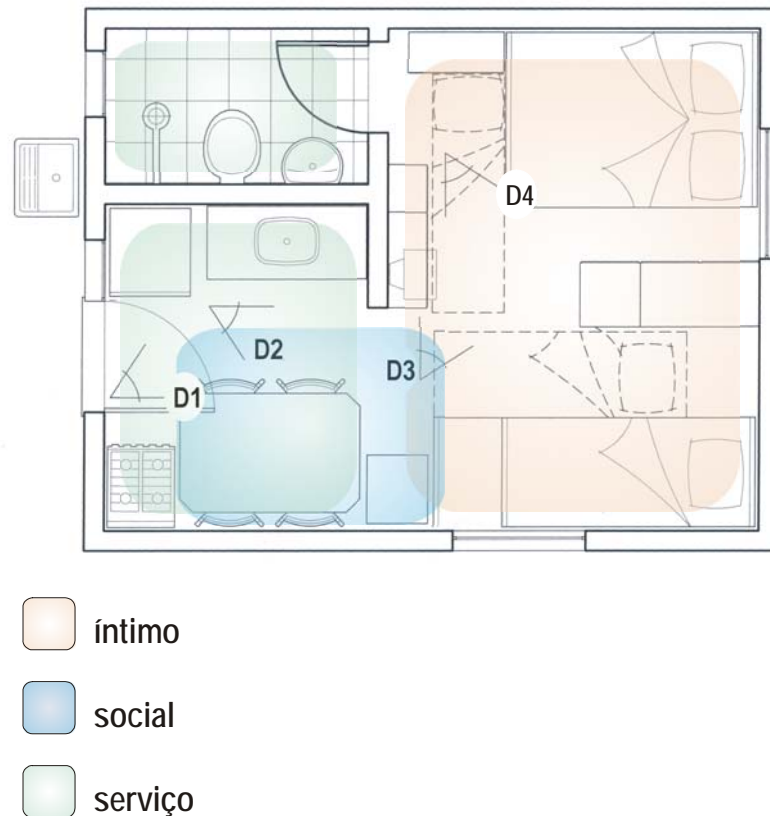


FIGURA 20: Planta Baixa do Caso D

As vistas indicadas em planta referem-se ao levantamento fotográfico

A área social da residência fica restrita à mesa das refeições, ou à área externa da casa, em dias de temperatura amena. O restante da área disponível fica preenchido com as camas e o único roupeiro, que serve para toda a família. A densidade de 2,57 m² por pessoa é um indicador de amontoamento.

D3. Levantamento fotográfico

O levantamento fotográfico consegue mostrar a real sensação de amontoamento no interior dessa residência.

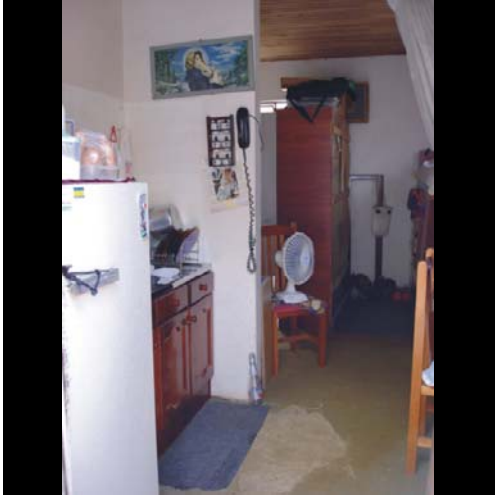


FIGURA 21: Vista D1. Balcão pia em bom estado de conservação



FIGURA 22: Vista D2. Em primeiro plano a mesa de refeições, ao fundo o treliche. A cortina preserva a intimidade.

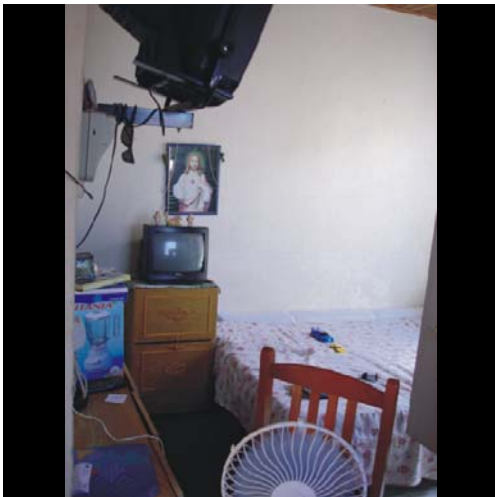


FIGURA 23: Vista D3. Amontoamento de objetos junto a área de dormir.



FIGURA 24: Vista D4. O roupeiro armazena as roupas e objetos de toda a família

Fonte: Dados fornecidos pela pesquisa.

Caso E

E1. Dados sócio-econômicos

Relação renda/densidade: **média**

Família com 4 pessoas – mãe, 2 filhas adolescentes e 1 filho adulto

Situação financeira: 2 salários mínimo ao mês.

Procedência do mobiliário: parte comprada de 2ª mão em lojas populares, parte doada.

Situação do mobiliário:

item	utilização	aparência
Sofá-cama 2 lugares	Sofá e cama (2)	ruim
Cama solteiro	cama	ruim
Roupeiro 3 portas	Roupeiro/ divisória	ruim
Cômoda gavetas	Roupeiro/estante tv	regular
Armário cozinha 3 portas	Armário cozinha	ruim
Sofá 3 lugares	cama	péssimo

QUADRO 07: Levantamento de mobiliário do Caso E

FONTE: Dados levantados pela pesquisa.

E2. Planta Baixa

A organização em planta baixa consegue definir a formação de dois dormitórios, como pode-se notar na figura 25. No entanto, a falta de privacidade entre eles é visível.

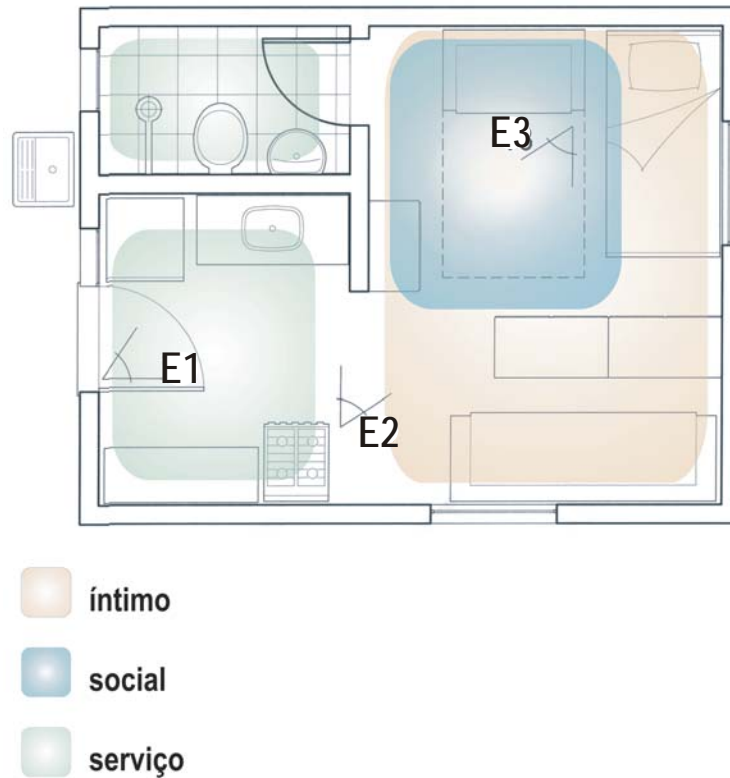


FIGURA 25: Planta Baixa do Caso E

As vistas indicam o levantamento fotográfico

E3. Levantamento fotográfico

O Levantamento fotográfico demonstra, aparentemente alguns artigos ainda em condições de uso. Contudo, o seu estado estrutural é ruim, como analisado no Quadro 07.



FIGURA 26: Vista E1. Não há balcão pia.



FIGURA 27: Vista E1.2. Sofá em péssimo estado (cama do irmão mais velho)



FIGURA 28: Vista E2. O sofá cama, de estrutura frágil e espuma fina, abriga duas pessoas à noite.

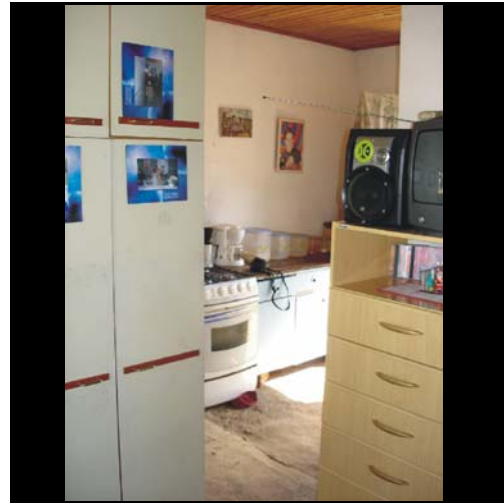


FIGURA 29: Vista E3. Ao fundo, armário para mantimentos e em primeiro plano, o roupeiro servindo de divisória

Fonte: Dados fornecidos pela pesquisa.

Caso F

F1. Dados sócio-econômicos

Relação renda/densidade: **baixa**

Família com 3 pessoas – mãe, 1 filha adolescente e 1 filho pequeno

Situação financeira: 1 salário mínimo ao mês.

Procedência do mobiliário: doação e adaptações

Situação do mobiliário:

item	utilização	aparência
Mesa 2 lugares	refeições	péssimo
Sofá três lugares	Sofá ou cama	péssimo
Roupeiro 2 portas	roupeiro	péssimo
Cama solteiro	cama	ruim
caixa de frutas	estante	péssimo

QUADRO 08: Levantamento de mobiliário co Caso F

FONTE: Dados levantados pela pesquisa.

F2. Planta Baixa

Conforme podemos observar na Figura 30, embora a planta baixa apresente uma situação aparentemente confortável, sem amontoamento de itens, nas Figuras 31, 32 e 33 percebe-se que o estado físico do que existe é precário, sem contar a ausência de itens básicos, como por exemplo, duas das três camas que seriam necessárias.



FIGURA 30: Planta Baixa do caso F.

As vistas assinaladas referem-se ao levantamento fotográfico.

F3. Levantamento Fotográfico

O levantamento fotográfico do Caso F mostra a realidade da maioria das casas do loteamento. Móveis sucateados, alguns adaptados de peças encontradas no lixo, oferecendo poucas condições de conforto, e, até mesmo de salubridade.



FIGURA 31: Vista F1. Sofá e roupeiro em péssimo estado



FIGURA 32: Vista F2 . Roupeiro em péssimo estado

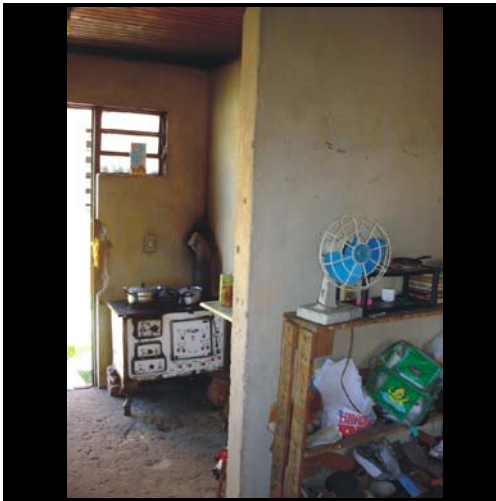


FIGURA 33: Vista F3 . Estante adaptada e, ao fundo, fogão à lenha

Fonte: Dados fornecidos pela pesquisa.

5. Pesquisa de mercado – Levantamento de preços

A fim de avaliar a discrepância existente entre o valor dos móveis encontrados no mercado e as condições financeiras da clientela de baixa renda, realizou-se um levantamento de preços nas lojas populares de Santa Maria-RS, no mês de fevereiro de 2005.

Foram pesquisadas três lojas de móveis novos e três de móveis usados. O valor em Reais (R\$) que resulta no Quadro 09 é a média dos três valores.

Os itens envolvidos na pesquisa foram citados nas entrevistas nos Loteamentos.

Item	Novo	Usado
Sofá 2 e 3lugares	510,66	160,00
Sofá cama	305,66	103,33
Estante TV	342,33	235,00
Rack TV	129,00	65,66
Mesa c/ 4 cadeiras	429,33	140,00
Pia balcão/tampo inox	429,00	225,00
Armário aéreo 1,20m	159,00	83,33
Roupeiro/ 4 portas	379,66	186,66
Cama casal	430,33	181,33
Cama solteiro	336,66	106,66
Cômoda	179,00	93,33
Beliche	181,00	96,66

QUADRO 09: Pesquisa de preço do mobiliário popular

Fonte: Pesquisa no comércio local.

CAPÍTULO 4

Discussão dos resultados

A questão é saber adequar projeto e necessidade. Assim como a Fundação João Pinheiro classificou as necessidades habitacionais, a fim de promover uma melhor alocação dos recursos estatais aumentando, dessa maneira, o número de beneficiados, a proposta de projetos arquitetônicos completos, com estrutura exterior e interior (mobiliário) também devem ser direcionados à população adequada.

Conforme foi verificado durante a pesquisa, nas residências onde a renda permitia a compra de alguns itens do mobiliário, ou ainda, naquelas onde as relações de trabalho em meios com renda muito diferenciada possibilitaram a obtenção, por doação, de peças em bom estado, o projeto de mobiliário integrado não era aceito, exceto para roupeiros (por serem estruturas grandes, de pouca mobilidade, custo relativamente alto e durabilidade baixa). Em compensação, nas residências de baixa ou nenhuma renda – em muitos casos agravada pela alta densidade demográfica, a proposta teve ótima aceitação, pois como foi demonstrado pela pesquisa de preços, não existe a possibilidade dessas famílias terem acesso nem aos móveis populares usados, muito menos aos novos.

Entre os moradores do Loteamento Paróquia das Dores, com 1 ano de ocupação, observou-se que na medida em que ocuparam o novo espaço (cujo objetivo seria oferecer-lhes novas e melhores perspectivas de vida) e perceberam que nem sua condição social nem a qualidade do ambiente foram significativamente alterados, os moradores passaram a agir sobre esse espaço no intuito de aproximá-lo ao máximo possível do que antes conheciam por “lar”.

Quanto aos padrões de mobiliário encontrados notou-se que eram comuns a determinadas situações, relacionadas à renda e ao número de moradores por unidade habitacional. Dessa forma, dividiu-se as casas do loteamento em três grupos, com base na relação **renda/densidade**. Conforme essa relação resultava alta, média ou baixa, alteravam-se as condições dos ambientes estudados.

Ao analisar a situação no Loteamento Diácono Luiz Pozzobom²³, com 10 anos de ocupação, percebeu-se que as condições não eram diferentes. Assim como no primeiro loteamento, também apresenta algumas exceções de relação renda/densidade alta, com condições de adquirir ou ganhar os itens necessários mas, no restante, a carência de mobiliário predominou. Contudo, um aspecto que deve ser salientado é a diferença de área entre as casas dos dois loteamentos: enquanto as casas do Paróquia das Dores apresentam 33m² de área útil, as do Diácono Luiz Pozzobom contam com apenas 18m². Esperava-se que, considerando a reduzida área de 18m², aliada a uma alta densidade, como ocorreu no caso D, mesmo apresentando uma boa renda, o mobiliário integrado tivesse melhor aceitação, pois não pareceu possível que pudessem ser feitas alterações na disposição das peças.

Ao contrário do que estimou-se, a moradora afirmou preferir muitos dos itens soltos, justamente para permitir alterações. Segundo ela, já estaria “habituada” ao que possuía em casa. Provavelmente essa recusa deu-se em função do fator de acomodação, e a família preferia disputar espaço com um excesso de itens (muitos em mau estado) mal distribuídos, em função de poderem alterar as posições dos móveis. Além disso, sabemos que o ambiente atual é fruto de uma acumulação de objetos que foram desenvolvidos independentemente uns dos outros e que, mediante a soma e suas inter-relações funcionais, determinam o quadro representativo desse entorno criado artificialmente. Dessa forma, esse conjunto de objetos acaba influenciando a conduta dos homens que vivem dentro desse ambiente. Por isso, o projeto de produtos industriais significa sempre projetar as formas de conduta do usuário.

Desse modo, pode concluir-se que, embora conscientes de suas necessidades enquanto usuários da habitação, a vivência em condições extremas degenerou seu “vocabulário projetual” fazendo com que vivam os problemas sem conseguir perceber soluções diferentes.

Nas famílias sem renda fixa – coincidentemente as com maior número de pessoas, onde a prioridade se faz no sentido da alimentação, também são aquelas que apresentam as piores condições de mobiliário, pois, quando havia mobília,

²³ A análise seguiu o mesmo critério de seleção, ou seja, pela relação renda/densidade.

estava com sua estrutura física comprometida, ao ponto de servir mais para acumular sujeira e insetos do que para atuar com seu real propósito. (Enquanto se fazia a entrevista com uma das famílias, insetos circulavam entre as cadeiras e o sofá, onde à noite dormiam dois dos filhos do casal). Nessas famílias, a aceitação por móveis estruturais foi unânime.

Contudo, ao considerarmos que muitas sobrevivem somente com o auxílio dos programas do governo, como Bolsa-família, Bolsa-escola, e outros, é compreensível que gastem os poucos recursos financeiros de que dispõe somente com a alimentação e não com mobiliário.

Logo, a necessidade de intervenção do arquiteto no desenho de mobiliário para essas habitações, não se faz apenas no sentido de promover a organização da casa, mas num contexto mais profundo, de situar os moradores não apenas em uma nova casa enquanto proteção dos agentes externos, mas uma casa com valores de lar, promovendo qualidade de vida e integração social.

Propostas para o desenho de mobiliário popular

Através da breve análise histórica do mobiliário, pode-se perceber que em um primeiro momento o móvel é um objeto artesanal primitivo, obra individual do próprio usuário. Posteriormente, esse objeto criado para uso particular transforma-se em objeto padronizado (ainda artesanalmente) e destinado ao uso coletivo. A partir da Revolução Industrial e do uso da máquina, surge uma nova categoria de objetos, completamente diferentes dos artesanais e destinada a substituí-los progressivamente. A partir desse momento, o processo primitivo de autoconstrução é praticamente extinto, e a nova mobília industrial só será acessível a quem tiver poder aquisitivo para adquiri-la, o que torna-se um fator de exclusão.

Atualmente, mesmo o mobiliário industrial considerado popular têm um alto custo, principalmente se comparados com sua durabilidade. Além disso, a área reduzida das habitações populares de baixa renda não comporta toda a mobília teoricamente adequada às funções estabelecidas na residência e o elevado número de pessoas por unidade habitacional submete os já reduzido número de objetos

existentes ao uso exaustivo, acelerando seu processo de degradação.

Conforme foi demonstrado pela pesquisa, as conseqüências da má qualidade de vida nas residências de baixa renda pode resultar em prejuízos graves, tanto ao indivíduo que vive o problema como para a sociedade como um todo.

Se considerarmos que tais ambientes podem influenciar as pessoas em seu comportamento, podemos definir parâmetros para o desenvolvimento de projetos de ambientes e artefatos direcionados a faixas de pobreza, induzindo comportamentos desejados. Em contrapartida, segundo OKAMOTO (1996) sabe-se que fatores como a educação dos usuários constituem condicionantes que dão a eles a crença em seus valores pessoais, familiares, sociais e culturais. São essas crenças que afetam suas formas de pensar, sentir e agir.

Se o móvel industrial popular não chega até essa faixa de “consumo” ou, quando chega, não funciona da maneira como deveria, uma alternativa inicial para o projeto de bens para classes de baixa renda é incluir a vivência do usuário no processo de desenvolvimento do produto, desde a sua concepção, passando pelo desenvolvimento do projeto, a construção de protótipos, chegando até a construção do produto final. Do mesmo modo, o acompanhamento técnico deve ser considerado inclusive nas fases de distribuição e uso desses objetos, tanto para esclarecimentos relacionados ao uso correto, como também para a manutenção e execução de reparos necessários. Deve-se considerar, ainda, a fase de descarte do produto.

Esse acompanhamento deve-se ao fato de grande parte desses usuários não demonstrarem ter o conhecimento necessário (provavelmente pela ausência de hábito) para locar, utilizar, manter e reparar eventuais danos (que certamente seriam menores com a correta utilização) nas peças de mobiliário.

O uso incorreto aliado a dificuldade de manutenção e de reparos, ocasionada tanto pela falta de conhecimento técnico como pela falta de recursos materiais contribui para o sucateamento do bem.

Por outro lado, temos de considerar a hipótese de que o mobiliário pode não estar de acordo com os hábitos dos usuários, e partir para uma mudança de paradigma na concepção de projeto. Inclui-se nesse aspecto a própria arquitetura de casas populares.

Um exemplo de mudança de paradigma na concepção do projeto arquitetônico

pode ser observado nas casas japonesas. A arquitetura oriental fixa o mobiliário no centro da peça, e permite que um sistema de aberturas possa ampliar ou reduzir os ambientes, modularmente, conforme a necessidade dos usuários.

O hábito ocidental, ao contrário, delimita seus espaços de maneira fixa e distribui seu mobiliário ao longo das paredes, ou seja, a barreira primária imposta pelas paredes verticais é ainda reforçada pelo mobiliário, sem permitir alterações de área.

O exemplo da arquitetura oriental, ao que até então parece apenas uma diferenciação cultural, pode apresentar grandes ganhos quando se trata de habitações populares, pois, para os atuais projetos ocidentais destinados a populações de baixa renda, além do profissional dispor de áreas reduzidas, tem de dividi-las em ambientes fixos, delimitando-os a partir de projeções hipotéticas do modo como serão utilizados.

Quanto ao desenho de mobiliário, pode-se reportar a soluções adotadas para mobiliar ou equipar espaços de área extremamente reduzida, como por exemplo banheiros de aviões, cabines de navio e até mesmo os hotéis-cápsula japoneses. Evidentemente, na busca por soluções tão diferenciadas para ambientes domésticos, provavelmente surgirão materiais diferenciados para sua execução, posto que, sabemos que a madeira é um recurso que tende à escassez, e, embora tenham surgido subprodutos (MDF, aglomerado, compensado) para substituir a madeira de Lei, ainda são propostas com alto valor mercantil, sem contar o custo ambiental²⁴ do processo.

Contudo, sabe-se também, da importância da madeira na história do mobiliário, tanto pelo processo produtivo, por sua presença indiscriminada em todas as regiões, como por suas qualidades de resistência e por se prestar a diferentes formas de tratamento – corte, encaixe, colagem, entalhe, pintura, douração, moldagem, encurvamento, etc. No entanto, para o consumidor, a importância da madeira se dá pela suas características estéticas. Observa-se que, quando da escassez de madeiras de lei, passou-se a revestir chapas de madeira compensada, aglomerada e MDF, com lâminas (fórmica, BP, FF) ou serigrafias para estampar-lhes os veios da

²⁴ O custo ambiental não se refere apenas à produção e seus resíduos, mas também à embalagem, transporte, uso e, principalmente, o descarte.

madeira, tudo para atender às exigências do mercado consumidor. Deve-se destacar que boa parte dos consumidores ainda acredita estar adquirindo um móvel em “madeira maciça” quando se trata apenas de um revestimento. Mesmo assim, a maioria prefere o conforto da madeira impressa, à aparente frieza dos outros materiais, como a laca, o plástico, vidro e metal.

E como justificar um investimento financeiro e humano em setores aparentemente dispensáveis, como projeto de ambientes e mobiliário? De acordo com a pesquisa realizada, os aspectos psicossociais do ambiente são responsáveis pela saúde mental e física de seus moradores, tanto que, as consequências de perturbações psíquicas e físicas relacionadas a baixa qualidade de vida proporcionada por um ambiente não adequado, podem ser muito mais caras à sociedade e ao estado do que o investimento em desenho e projeto. Some-se à isso custos de saúde pública no atendimento à enfermidades imediatas relacionadas com doenças respiratórias causadas por dormir no chão ou aos prejuízos secundários como a violência alheia causada pelo stress emocional dos habitantes desses ambientes (prejuízo social).

Contudo, quaisquer propostas, por melhor que pareçam, devem ser analisadas com cautela, ao considerarmos que o hábito de morar não pode ser alterado bruscamente, sob o risco de rejeição total da proposta. Conforme EICHEMBERG (2005), “nossa percepção está condicionada pelos limites das quatro paredes e do teto, fomos e somos moldados continuamente numa sociedade que padroniza as diferenças de cada indivíduo na sociedade”.

CONCLUSÕES

Este estudo procurou verificar em que condições os moradores de loteamentos de baixa renda equipam suas casas, e, a partir disso, verificar qual seria a aceitação relativa a um mobiliário fixo.

Para isto, foram detalhados 3 estudos de caso para o Loteamento Paróquia das Dores, projeto financiado pelo Programa HABITAR BRASIL, e, a seguir, como parâmetro de referência, mais 3 estudos referentes ao Loteamento Diácono Luiz Pozzobom.

Os resultados da pesquisa podem servir para fazer um alerta ao poder público, enquanto financiador e promotor de projetos habitacionais de cunho social; aos profissionais da arquitetura, enquanto planejadores de ambientes completos e às Universidades, para que contemplem em seu currículo além do estudo de Habitações Populares, uma análise mais profunda sobre seus aspectos internos e dos consequentes reflexos que materializam.

A tentativa de erradicar o problema da grande massa de excluídos sociais através da distribuição de unidades residenciais em grandes loteamentos, pode, nem sempre, trazer resultados positivos. Notou-se entre as residências observadas que, à exceção de poucas, as famílias removidas para o loteamento continuam padecendo dos mesmos males sócio-econômicos do que quando viviam em situação considerada “de risco”, continuam sem emprego, com saúde precária, sem condições de freqüentar os estudos primários, e ainda, expostos à violência dos próprios vizinhos. Suas relações de vizinhança anteriores, positivas em boa parte dos casos, perderam-se com a mudança para o Loteamento.

Os objetivos da política governamental para os casos estudados eram, teoricamente, perfeitos. No entanto, ao serem colocados em prática, encontraram a resistência dos próprios beneficiados, que esperavam uma atitude mais paternalista ainda por parte do poder público.

Constatou-se, em visita ao Loteamento Paróquia das Dores, objeto inicial deste estudo, que, quando havia mobília, esta encontrava-se em estado precário. Eram restos de móveis ou adaptações executadas pelos próprios moradores, a partir de objetos encontrados no lixo.

No segundo Loteamento, Diácono Luiz Pozzobom, analisado para perceber se um maior tempo de ocupação daria margem à melhores condições de vida,

através da aquisição em peças de melhor estado (por doação ou até mesmo pela compra), verificou-se que a situação de precariedade mantinha-se, porém, a diferença era que, por total falta de opção, as pessoas habituaram-se àquelas condições.

No aspecto social, verificou-se que, quanto maior a precariedade da habitação (e seus recursos), maior era o grau de indiferença, revolta e até agressividade no trato social, quando da entrevista. Houveram, porém, casos excepcionais, de famílias que já vinham de melhores condições de vida. Por exemplo o caso “D”, cujos moradores, teoricamente, deveriam sofrer reações psicológicas negativas em função do amontoamento (densidade de 2,57 m²/pessoa), e, no entanto, eram pessoas de bom trato, inclusive líderes do grupo de ajuda comunitária no Loteamento Diácono Luiz Pozzobom.

Finalmente, quanto às futuras propostas de projeto de mobiliário integrado, estima-se que, em função da área restrita e das necessidades em função da alta densidade de cada moradia, não seria necessário trabalhar com o mobiliário formal, como o convencional (como por exemplo, cadeira para sentar, cama para deitar), mas o uso de protoformas²⁵ que permitam uma ampla interpretação e uso. Acredita-se que o mobiliário encontrado no mercado não se adaptaria às condições sócio econômicas dessa clientela, pois, além de apresentar estrutura frágil, o custo é tão elevado que a compra se torna inviável.

RECOMENDAÇÕES

²⁵ A protoforma seria a primeira forma, ou seja, a forma mais elementar, em que nela é apresentado um tipo de esquema tridimensional mínimo, uma composição de linhas que definem pontos e superfícies no espaço, sem qualquer substância de definição. Esse esquema é a estrutura básica que está por baixo da forma dos produtos.

A fim de que este estudo possa servir realmente na busca por melhorar a qualidade de vida de pessoas de baixa renda, recomenda-se a sua continuidade, das seguintes formas:

Que o poder público, representado pela Prefeituras Municipais, disponibilize unidades pré mobiliadas ao restante das famílias cadastradas no Programa HABITAR BRASIL, (que aguardam a construção de mais 61 unidades habitacionais), a fim de avaliar a aceitação e o uso desses itens.

Promover um acompanhamento sistemático por um período de 6 meses a um ano após a execução e a ocupação das casas pré-mobiliadas, para constatações mais abrangentes sobre a aceitação e os condicionantes psicológicos envolvidos.

Inserir, nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo, nas disciplinas relativas a projetos sociais, o estudo de alternativas de implantação de mobiliário pré-fabricado, além de contemplar estudos sobre psicologia de ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACABAYA, M. M. **Branco e Preto. Uma história do design nos anos 50.** São Paulo: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1994.

BAXTER, M. **Projeto de Produto.** São Paulo: Edgard Blücher, 1998.

BOMFIM G. A., NAGEL K., ROSSI L. M. **Fundamentos de uma Metodologia para Desenvolvimento de Produtos.** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1977.

BONDUKI, N. **O empenho em viabilizar uma política nacional.** Revista Projeto nº 137, 1990.

CARDOSO, A. L. & RIBEIRO, L. C. Q. **Os municípios e as políticas habitacionais.** In: Coletânea Habitar/FINEP. Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social. Editado por Alex Kenya Abiko e Sheila Walbe Ornstein. São Paulo : FAUUSP, 2002.

DEL RIO, V. **Considerações sobre produção de habitações e autonomia local.** Revista Projeto, nº 56, 1983.

EINCHEMBERG, A. T. **Arquitetura limítrofe. Invólucro sagrado dos anjos de rua.** <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp260.asp>> Acesso em 02/07/2005.

FISCHER, Gustave-N. **Psicologia Social do Ambiente.** Ed. Instituto Piaget

FOLZ, R. R. **Mobiliário na Habitação Popular – Discussões de Alternativas para a melhoria da habitabilidade.** São Carlos: RIMA, 2003.

GOMES, L. V. N. **Desenhismo.** Santa Maria: Editora da UFSM, 1996.

Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil – municípios selecionados e microrregiões geográficas.** Belo Horizonte, 2004.

HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura** [Tradução: Carlos Eduardo Lima Machado] 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KIST, Z. **Programa Habitar Brasil, Projeto Social Paróquia das Dores.** Prefeitura Municipal de Santa Maria – RS, Secretaria Extraordinária de Habitação e Regularização Fundiária. Santa Maria – RS, 2001

MANUAL DO PROGRAMA HABITAR BRASIL BID. **ORIENTAÇÕES DO SUBPROGRAMA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS.**
< <http://www.cidades.gov.br> > Acesso em 02/01/2005

MARICATO, E. **Política habitacional no Brasil: crítica e perspectivas.** 34ª reunião Anual da SBPC. Revista Projeto, nº 44, 1982.

MARINS, P. C. G. **Habitação e vizinhança: Limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras.** In: SEVCENKO, N. (org) História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998. Volume 3.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos.** Do operacional ao estratégico. São Paulo: Futura, 2001.

MELLO, J. M. C. de & NOVAIS, F. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.** In: SCHWARCZ, L. M.(org) História da vida privada no Brasil – Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 1998. Volume 4.

MIGUEL, J. M.C. **A casa.** Londrina: Eduel, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MOUTINHO, S. Rodrigo Octavio. **Dicionário das artes decorativas e decoração de interiores,** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NETTO, J. T. C. **A construção do sentido na arquitetura.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

OKAMOTO, J. **Percepção Ambiental e Comportamento.** São Paulo: Plêiade, 1996.

PELLI, V. S. **Notas para uma tecnologia apropriada à construção na América Latina.** In: MASCARÓ, L. Tecnologia e Arquitetura. São Paulo: Nobel, 1990.

PUHL, R. B. **Móveis na Decoração. Desenvolvimento Histórico.** Porto Alegre: Epecê, 1979.

ROCHA, P. M. da. **Morar na era moderna,** Revista Projeto, nº 94, 1986.

SAFFER, L. A. N. **A questão da moradia popular no país.** Revista Projeto nº 19, 1980.

SERAPIÃO, F. **Paralelos (e transversais) na história da casa paulista.** Revista Projeto, nº 276, 2004.

SILVEIRA, V. C. da. **A Formação do Arquiteto como Interventor na Cultura Material: Ênfase na Projetação.** Santa Maria, RS: PPGE/UFMS, 2002.

TURNER, J. F. C. **Da provisão centralizada à autogestão local. Novas direções para a política habitacional.** In: MASCARÓ, L. Tecnologia e Arquitetura. São Paulo: Nobel, 1990.

VIANNA, N. S. **Tecnologia e Arquitetura.** In: MASCARÓ, L. Tecnologia e Arquitetura. São Paulo: Nobel, 1990.

WISSEMBACH, M. C. C. **Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível.** In: SEVCENKO, N. (org) História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Cia das Letras, 1998. Volume 3.